

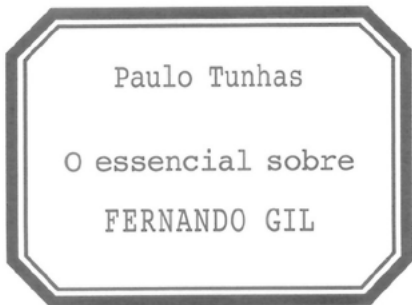
Paulo Tunhas

O essencial sobre

FERNANDO GIL

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

© **N** IMPRESA
NACIONAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA E FERRAMENTA COMERCIALIZADA



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

I. CRER

As teologias positivas têm negativo que basta — e as negativas repetem-se. A luz do dia dá mais que pensar do que as trevas. E aquece mais.

FERNANDO GIL, *Acentos*, p. 66.

Em 1992, quando estava a escrever o *Tratado da Evidência*, Fernando Gil (1937-2006) confessava que só então se dava plenamente conta do que tinha querido dizer quando, mais de vinte anos antes, falara sobre aquilo que chamava a «pressuposição da referência», em *La Logique du Nom*. Que eu saiba, ele pouco sublinhou em escritos seus essa continuidade entre as duas obras, ou entre *La Logique du Nom* e *A Convicção*¹. De resto, gostava de

¹ Cf., no entanto, A: 66-67. Cf. também ME: 8. Utilizar-se-ão, nas notas de pé de página, as seguintes abreviaturas: A (*Acentos*, INCM, Lisboa, 2005); AA (*Aproximação Antropológica*, Guimarães Editores, Lisboa, 1961); AQM (*A 4 Mãos. Schumann, Eichendorff e Outras Notas*, em colaboração com Mário Vieira de Carvalho, INCM, Lisboa, 2005); C (*A Convicção*, Campo das Le-

dizer que tinha descoberto os seus problemas, como lhes chamava, bastante tarde. Não é rigorosamente verdade. É o que este pequeno volume sobretudo procura mostrar.

Poder-se-ia fazê-lo tomando como ponto de partida a noção de indivíduo e de singular — o «existente individual de *Metafísica Z*»² —, que nunca deixou de o ocupar. A inteligibilidade máxima — está escrito em praticamente todos os seus livros — é a inteligibilidade do singular. «A existência prende-se com o individual, isto constitui à partida um facto de experiência: a concreção do individual exprime-se por um poder de fascinação por onde passa a função de apresentação: eis o segredo da operação da evidência.»³ E: «Em todos os casos, o existente sin-

tras, Porto, 2003; *La Conviction*, Flammarion, Paris, 2000); CE («Cruzamentos da Enciclopédia», *Prelo*, número especial, 1986); HLM («O hospital e a lei moral», *Atlântico*, n.º 7, 2005, pp. 29-31); I (*Impasses, seguido de Coisas Vistas, Coisas Ouvidas, por Danièle Cohn*, em colaboração com Paulo Tunhas, Europa-América, Mem Martins, 2003); LN (*La Logique du Nom*, L'Herne, Paris, 1972); M (*Mediações*, INCM, Lisboa, 2001); ME (*Modos da Evidência*, INCM, Lisboa, 1998); MN (*Mimésis e Negação*, INCM, Lisboa, 1984); P (*Provas*, INCM, Lisboa, 1986); TE (*Traçado da Evidência*, INCM, Lisboa, 1996; *Traité de l'Évidence*, Millon, Grenoble, 1993); VO (*Viagens do Olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, em colaboração com Hélder Macedo, Campo das Letras, Porto, 1998).

² A: 14.

³ TE: 254.

gular é o molde da identidade e da evidência, aquém do saber e da prova.»⁴ Só o individual transmite a presença: «Para haver presença — para o efeito de presença se produzir — será preciso isolar o individual, só o concreto individuado possui presença.»⁵ É-me possível, para simplificar enormemente, conhecer melhor Pedro do que a humanidade⁶.

Optar-se-á aqui, no entanto, pela noção de crença, sem que nisso haja, de resto, contradição com o outro ponto de vista. É que a crença se dirige, antes de tudo o mais, ao singular, e implica o Eu e a subjectividade («incompressível», como escreveu⁷). A preocupação com a subjectividade e com o singular encontra-se implícita em tudo o que é dito adiante.

Os livros de Fernando Gil — tomar-se-ão como marcos apenas os livros que não se constituem como recolhas de artigos; estes serão mencionados *en passant* — serão percorridos ao avesso da sua ordem cronológica. Os inconvenientes de uma tal estratégia serão talvez compensados pelo facto de assim se iluminar melhor a continuidade de um pensamento, permitindo-nos (evitando, é claro,

⁴ C: 200.

⁵ VO: 102.

⁶ Cf. ainda, sobre o individual, P: 127-141; M: 225 e segs., e TE: cap. ix.

⁷ ME: 51 e segs.

ilusões retrospectivas) ler a obra inicial à luz da obra final. Exactamente por os temas de *A Convicção* e do *Tratado da Evidência* passarem nas obras anteriores, as páginas dedicadas a esses dois livros maiores foram voluntariamente encurtadas.

Uma última nota. Como não se trata aqui de modo algum de uma «interpretação» do pensamento de Fernando Gil, mas antes de uma exposição dos seus temas fundamentais, optou-se por o citar abundantemente. É bom que o leitor tenha acesso directo à voz do filósofo.

II. A CONVICÇÃO

Comecemos, precisamente, por *A Convicção* (2000)⁸. Nesse livro, Fernando Gil retoma uma das suas questões fundamentais: a do papel do sujeito no conhecimento. Como aí se diz a propósito das proposições 42 e 43 da parte II da *Ética* — mas trata-se também do próprio programa de Fernando Gil —, «a análise epistemológica prolonga-se pela fenomenologia do acto de conhecer», e «o sujeito epistémico introduz-se assim na teoria do conhecimento»⁹. E a noção de acção é aqui fundamen-

⁸ Sobre a convicção, cf. A: 88 e segs.

⁹ C: 182.

tal: «A acção do sujeito é o quadro natural da inteligibilidade»¹⁰, «a acção é o lugar da convicção»¹¹.

Trata-se de encarar a inteligibilidade como o produto de uma actividade do espírito, de analisar simultaneamente a relação do saber com a realidade e a relação do sujeito com o seu saber. Em jargão filosófico: de considerar a relação entre os problemas epistemológicos e os problemas epistémicos¹². «A inteligibilidade do conhecimento não pode dispensar o sujeito que é o seu agente e destinatário»¹³, e a convicção aparecerá como «o modo subjectivo do verdadeiro»¹⁴.

A inteligibilidade é forçosamente linguística ou será que assenta em bases pré-linguísticas? O que significa compreender e qual o sentido do conhecimento para o sujeito? São alguns dos problemas que o livro aborda. E um dos núcleos da resposta (que aqui é apenas assinado, sem se buscar desenvolvê-lo) encontra-se na tese segundo a qual qualquer boa explicação remete, de uma forma ou de outra, para a intuição¹⁵, isto é, para estratos pré-discursivos¹⁶. «A explicação deve conduzir à intuição

¹⁰ C: 107.

¹¹ C: 207.

¹² C: 14.

¹³ C: 13.

¹⁴ C: 84.

¹⁵ Cf. também ME: 141 e segs., 231 e segs.

¹⁶ Cf., por exemplo, C: 27, 53, 143, 180, 195.

para engendrar a convicção.»¹⁷ Dito de outra maneira: a convicção exige algo como um contacto directo com a coisa. Sem esse contacto — à imagem da passagem platonica para o an-hipotético no livro VII da *República* — não há compreensão¹⁸, que deve ser buscada numa «apropriação»¹⁹, na «actualidade do conhecimento»²⁰. Uma «actualidade» entendida como «reconstrução pessoal»: «a compreensão é apenas esta reconstrução pessoal de um conteúdo de conhecimento»²¹. «O an-hipotético não é *outro saber*, é o *sentido do saber*.»²² E é o contacto directo com a coisa que nos traz a felicidade: «A felicidade de conhecer prolonga a energia da vida, a convicção é essa mesma felicidade.»²³ Fernando Gil desenvolve aqui, através do tema da imbricação do sentimento de inteligibilidade e da satisfação intelectual, aquilo que havia já escrito sobre a doutrina das constatações em Moritz Schlick, o momento terminal da verificação de uma hipótese, em que a verificação empírica se desdobra

¹⁷ C: 14.

¹⁸ C: 102 e segs., 107-108.

¹⁹ C: 15.

²⁰ C: 185.

²¹ C: 234-235.

²² ME: 407.

²³ C: 86.

em contentamento intelectual, tanto em *Provas* ²⁴ como no *Tratado da Evidência* ²⁵.

Mas aquilo que mais nos interessa vem a seguir. Trata-se da distinção entre fundamento e fundação e da distinção paralela entre crença e convicção ²⁶. (Estas distinções reenviam, de certa maneira, para o par categorial activo/passivo ²⁷.) Dito muito esquematicamente. As crenças baseiam-se na aceitação — alucinada ²⁸, voltar-se-á a este aspecto — de um fundamento que não se discute. «Há um elemento alucinatório [...] na crença, de que a convicção se procura desembaraçar sem completamente o conseguir.» ²⁹ A inteligibilidade que as crenças permitem é fraca e difusa, embora a crença em si possa ser forte. De resto, a «crença no fundamento» é apelidada por Fernando Gil «pensamento soberano» ³⁰. A convicção, pelo contrário, supõe uma actividade do espírito, uma acção do Eu: «a actividade cognitiva apropria-se dos objectos

²⁴ P: 50.

²⁵ TE: 244 e segs.

²⁶ C: 16, 69 e segs. e *passim*. Cf. também A: 74

²⁷ Sobre este par, cf., por exemplo, a oposição entre um realismo passivo da semelhança e um idealismo activo da interpretação, em *Mimésis e Negação* (MN: cap. 1) ou entre adequação e construção em *Provas* (P: 77, 96).

²⁸ C: 173.

²⁹ A: 82.

³⁰ C: 16.

intuindo as suas próprias construções»³¹. Ela participa da «agilidade» fichtiana, a «actividade cognitiva no estado puro»³². O objecto ao qual ela se refere é um objecto construído. E ela oferece-nos, espinosianamente, algo como uma «certeza da certeza»³³. Na medida em que essa actividade é reproduzível pelos outros, a convicção pode — sem perder a sua relação com a actividade do Eu, que é o que lhe confere inteligibilidade — ser partilhada. O que Fernando Gil escreveu sobre a evidência aplica-se perfeitamente à convicção: «a experiência da evidência é eminentemente reproduzível, e idêntica para quem quer que a experimenta»³⁴. A crença pode igualmente ser partilhada, sem dúvida, mas é uma partilha assente numa ignorância da actividade do espírito. A crença é tendencialmente ideológica; a convicção — que se produz, repita-se, pela acção do espírito — diz, pelo contrário, respeito à verdade³⁵. Tal como a ideologia mascara a verdade, o fundamento oculta, recalca, a fundação, oblitera a acção, a construção do espírito, que nos faz crer³⁶. Pelo menos parcialmente.

³¹ C: 164.

³² C: 223.

³³ C: 181 e segs.

³⁴ A: 75.

³⁵ C: 18, 173.

³⁶ C: 162.

Fernando Gil analisa esta relação entre fundamento e fundação, entre crença e convicção, nos domínios da teoria política (Hobbes, Bodin, Schmitt)³⁷, da teologia (Anselmo)³⁸ e da teoria do conhecimento (Aristóteles)³⁹. Note-se que Fernando Gil trata do tema da fundação num magnífico estudo sobre os *Lusíadas*, «O efeito-*Lusíadas*», publicado em *As Viagens do Olhar*⁴⁰. (Nesse mesmo volume se discute também a «fundação do amor»⁴¹ na *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, sobretudo a partir da história de Lamentor e Belisa.) Mas o par fundamento/fundação não se encontrava ainda apurado aí. Voltaremos a «O efeito-*Lusíadas*» por duas vezes, a segunda mais demoradamente.

Se quisermos reconstruir na íntegra o percurso d'*A Convicção*, poderemos fazê-lo da seguinte maneira.

Existe uma relação entre sujeito, actividade e inteligibilidade. Dito de outra maneira: o sujeito ocupa um papel em epistemologia, que se trata de esclarecer. O que nos obriga a procurar determinar o imbricamento entre o epistémico e o epistemológico, bem como o estatuto geral da crença, da racionalidade, do desejo e do singular. Um

³⁷ C: 113 e segs.

³⁸ C: 137 e segs.

³⁹ C: 155 e segs.

⁴⁰ VO: 13 e segs.

⁴¹ VO: 271 e segs.

primeiro passo revela o carácter pré-linguístico da inteligibilidade, da crença e da convicção, e a matemática será dada como exemplo de uma actividade do intelecto sem linguagem.

Encontramo-nos no domínio da compreensão e do sentido, do *quale* do conhecimento, e revelar-se-á de certo modo legítimo opor, numa primeira aproximação, compreensão e explicação. A compreensão obedecerá sempre a um certo antropomorfismo. A *theôria* platónica, bem como o *noûs* aristotélico, mostram como a compreensão procede sempre por apropriação e construção do saber. A explicação deverá articular-se com a intuição para engendrar a compreensão. Trata-se, em tudo isto, de uma metafísica do conhecimento, possuindo uma certa neutralidade epistemológica. Os contornos mais gerais desta metafísica deixam-se ler sobretudo a partir de duas oposições: fundamento/fundação e crença/convicção.

Fundamento e crença exibem-se no pensamento soberano, que põe em jogo os conceitos de autodesignação, incondicionado e ilimitação. Na origem do pensamento soberano encontram-se a alucinação e a vontade. O fundamento, no pensamento soberano, procede a uma ocultação da fundação. A fundação e a convicção, pelo seu lado, ligam-se à acção. A oposição entre crença e convicção prolonga-se na oposição entre ideologia e verdade. O *intuitus* cartesiano participa simultaneamente dos registos do fundamento e da fundação.

A convicção, tal como a crença, dá-se num sujeito. Convém por isso inquirir qual o estatuto do Eu. O elemento mais simples parece residir numa adesão a si. A primeira pessoa é portadora de uma experiência própria qualitativa, não transmissível e não relacional. A crença na identidade pessoal revelar-se-á de natureza distinta da adesão a si do sujeito: trata-se de uma crença abstracta. A adesão a si verifica-se no agir e no sentir, isto é, na imanência; este é o quadro natural da inteligibilidade.

O carácter originariamente pré-linguístico da crença, da convicção e da inteligibilidade acompanha-se de um carácter pré-representativo. A crença animal ilustra-o. A crença humana prolonga a crença animal. A convicção erige-se sobre a selecção natural e as práticas. Terceiro elemento a ter em conta no despistar dos elementos mais originários da crença: além de pré-linguística e pré-representativa, ela é igualmente pré-intencional, e esta sua característica exprime-se nos conceitos de sentimento e de tendência.

O estrato mais arcaico da crença supõe a continuidade e a tradução temporal desta na duração, uma duração que a vontade deve domesticar, isto é, instituir como unidade. A montante de tudo isto, produtora de tudo isto, encontra-se a imaginação. Nada há por detrás dela. É ela que produz a existência. Voltando à temporalidade, isto é, à duração: é esta que fornece a base na qual assenta

a confiança. A confiança é um factor de inteligibilidade. A duração é apenas um dos aspectos da temporalidade.

De facto, podemos distinguir dois aspectos da temporalidade que se exprimem em duas séries diferentes. A primeira é a série passado/presente/futuro, que é exactamente a série da duração; a outra é a série do antes/depois, que é a série da sucessão. Tanto a duração como a sucessão são regimes de temporalidade originários, irreduzíveis um ao outro. Crença e convicção dão-se no tempo, mas é na imaginação, antes de tudo o mais, que devemos procurar a raiz da objectividade e da crença no princípio de razão e na causalidade, que é a modalidade científica do primeiro. À causalidade acrescenta-se, nas ciências, a exigência de localidade. A conjunção de ambas, causalidade e localidade, garante a inteligibilidade.

A *pregnância* (versão «compreensiva» da causalidade), agindo sobre *saliências*, confere ao princípio de causalidade uma dimensão intuitiva, e explica o porquê da nossa crença neste. A objectividade alicerça-se menos na percepção do que na operação da crença, que, por meio do sentimento, nos conduz à exterioridade e às objectividades. A adesão a si do sujeito desdobra-se numa adesão aos objectos. Esta revela-se como uma crença na existência que investe, de um modo inconsciente, a sua força própria nos objectos através de uma *projectio per hiatus*. Acreditar na existência, no real, é acreditar no verdadeiro. Não podemos, por definição, acreditar no que

julgamos falso. Há, assim, uma assimetria — tudo menos trivial — entre o verdadeiro e o falso. Se isto é assim para a crença, mais o é para a convicção, e a associação desta com o verdadeiro traz a felicidade.

Podemos agora retornar ao par fundação/fundamento: o fundamento, lugar da ideologia, não assegura a inteligibilidade que o acto da fundação transporta; antes a oblitera, a rasura, a encobre. O principal operador do fundamento é o operador «Nada de maior», através do qual se dá uma precipitação do infinito no singular. Trata-se de um operador alucinatório. Do mesmo modo que há uma assimetria entre o verdadeiro e o falso, há uma assimetria entre a convicção e a crença (a primeira compreende a segunda, mas a segunda não compreende a primeira). A fundação estabelece-se por construção, e é a construção que permite a passagem da crença à convicção e garante a possibilidade da inteligibilidade e da compreensão. O fundamento, procurando ocultar a fundação, isto é, concebendo-se como ideologia, não consegue encobrir perfeitamente os actos de construção que lhe estão na origem, ou o que faz a vez destes, isto é, a vontade.

A certeza da certeza é a figura que reúne os elementos da convicção, da verdade e da posse desta por um sujeito, isto é, a compreensão. A introdução do sujeito em epistemologia encontra-se assim exposta nos seus aspectos fundamentais.

III. A EVIDÊNCIA

O núcleo dos problemas d'*A Convicção* encontra-se já anunciado no *Tratado da Evidência* (1993), bem como no volume que directamente o prolonga, *Modos da Evidência* (1998). Tratava-se já aí de apurar os estratos mais profundos e arcaicos da crença, através de uma reflexão sobre a evidência ⁴². Tal como em *A Convicção*, os planos epistemológico e epistémico encontram-se ligados, sem que o primeiro faça esquecer o segundo. Poder-se-ia talvez dizer que o recalçamento do epistémico pelo epistemológico — entre outras coisas, a transformação sem resto da primeira pessoa na terceira pessoa — é uma figura da obliteração da fundação pelo fundamento: «É esta intenção de alguma filosofia cognitivista que é uma fantasmagoria.» ⁴³ Como dirá *A Convicção*: «A crença e a convicção são a parte maldita da inteligibilidade que a epistemologia tradicional recusa.» ⁴⁴

A evidência, ao mesmo tempo que estrutura a nossa relação com a verdade — sendo no entanto neutra por relação a esta ⁴⁵; numa fórmula posterior ao *Tratado*: «há uma instauração evidente da verdade, mas [...] a verda-

⁴² Sobre a evidência, cf. também A: 78 e segs.

⁴³ A: 81.

⁴⁴ C: 14.

⁴⁵ TE: 22.

de não se constitui pela evidência»⁴⁶ —, encontra-se no sujeito, no Eu⁴⁷. E a alucinação (eficaz, como se disse, na crença no fundamento) desempenha também aqui um papel fundamental. Ela é, na terminologia de Fernando Gil, o principal «operador» da evidência⁴⁸. Muito sumariamente, o ponto de partida da teoria da alucinação é dado pelo exemplo da alucinação originária, ou primitiva, em Freud: o bebê alucina o que deseja — o seio da mãe — na sua ausência⁴⁹. A evidência alucinada permanece o modelo da máxima inteligibilidade, de uma «inteligibilidade viva» que não deixa margem para dúvidas e que, sobretudo, nos conduz a uma crença absoluta na existência e ao contentamento do conhecimento⁵⁰. Ou, numa outra linguagem, ao preenchimento da expectativa⁵¹. (O par expectativa/preenchimento atravessa toda a obra de Fernando Gil⁵² — encontrando aplicações práticas, por exemplo, nos seus estudos sobre a profecia no Padre António Vieira⁵³). A crença absoluta na existência é aqui funda-

⁴⁶ A: 81.

⁴⁷ TE: 241.

⁴⁸ TE: 217 e segs. Sobre os três operadores da evidência, cf. também A: 44.

⁴⁹ TE: 227.

⁵⁰ TE: 253-254.

⁵¹ TE: 260 e segs.

⁵² Cf., por exemplo, ME: 65 e segs.

⁵³ VO: 413 e segs., 451 e segs.

mental, bem como a ideia forte da presença do conhecido. De facto, a alucinação — e a evidência construída através das suas operações — não admite a existência de algo como um «não-facto» originário: «A decepção não é originária, uma decepção realizada significaria a realização de uma expectativa, a crença originária no não-ser é um absurdo.»⁵⁴ Existência e verdade vão uma com a outra, e a presença acompanha-as⁵⁵. Acreditar na verdade é acreditar na existência, na presença da existência⁵⁶. O já referido estudo sobre os *Lusíadas*⁵⁷ é uma magnífica ilustração das hipóteses do *Tratado* em todos os seus aspectos, e pode servir — como ele próprio referiu⁵⁸ — de introdução a este. O mesmo se dirá de «Viagens do olhar: os mares dos *Lusíadas*», em que as cartas geográficas quase contemporâneas de Camões (dos Reinéis e de Lopo Homem) são analisadas a partir das figuras da evidência⁵⁹.

Um dos aspectos mais salientes do *Tratado* consiste em, depois de uma exibição em plena luz do enigma da evidência (da reunião da adequação e da apodicticidade

⁵⁴ TE: 261.

⁵⁵ TE: 263.

⁵⁶ Cf. também, sobre estas questões, ME: 3 e segs.

⁵⁷ VO: 15 e segs.

⁵⁸ A: 70.

⁵⁹ VO: 77 e segs.

que nela encontramos ⁶⁰ e da busca de uma *proto-proto-doxa* ⁶¹ apenas dizível numa linguagem que cruza o conceptual e o metafórico ⁶²), levar a cabo uma dedução metafísica dos conceitos fundamentais da evidência — atenção, ostensão, intuição e injunção — a partir do sistema percepção-linguagem. Existe uma sintaxe da evidência ⁶³, e a percepção — nomeadamente a percepção directa, como coisa distinta da percepção imediata ⁶⁴ — é uma «estrutura natural da evidência» ⁶⁵. Há uma «solidariedade do pensamento e do sentir» ⁶⁶ que as metáforas da evidência — Abertura, Captura, e Contacto, Luz, Voz, Acordo e Ressonância — repercutem.

Os capítulos IV a VII do *Tratado* analisam a orientação e a atenção ⁶⁷, a ostensão ⁶⁸, o ponto de vista e a intuição ⁶⁹, o discurso da verdade e a injunção ⁷⁰. A tese da

⁶⁰ Cf., por exemplo, TE: 15.

⁶¹ TE: 19.

⁶² TE: 24.

⁶³ TE: 57-59.

⁶⁴ Cf., deste ponto de vista, a análise da controvérsia que opôs Arnauld e Malebranche — TE: cap. v.

⁶⁵ TE: 59.

⁶⁶ TE: 242.

⁶⁷ TE: 85-117.

⁶⁸ TE: 119-143.

⁶⁹ TE: 145-181.

⁷⁰ TE: 183-215.

natureza alucinatória da evidência subjaz a esses desenvolvimentos. Os quatro grandes conceitos da evidência vão do mais concreto (a atenção e, sobretudo, a ostensão) ao mais abstracto (a injunção do verdadeiro faz-se pela voz), passando pelo meio-termo da intuição, conceito fundamental da evidência.

É a evidência de si — o único caso de uma percepção simultaneamente directa e imediata ⁷¹ — que é fundamental, e longamente analisada, em parte a partir de uma inquirição de textos de Duns Escoto e Ockham, ambos privilegiando, na escala da evidência, a evidência de si ⁷². A evidência de si é contrastada com a versão ideológica — um tema que *A Convicção* desenvolverá — que equivale a uma «posição de si como *res*» ⁷³, já denunciada por Kant.

A reflexão sobre a temporalidade, conduzida sobretudo a partir da teoria linguística do progressivo aspectual, da *enérgeia* aristotélica e da reflexão husserliana, desempenha igualmente aqui um papel fundamental, e conduz-nos aos temas da vida e da verdade e à recapitulação dos modos de auto-dação da evidência que são os seus conceitos fundamentais.

⁷¹ TE: 158.

⁷² TE: 177.

⁷³ TE: 254.

Resta, na economia do *Tratado*, determinar quais os operadores da evidência, isto é, quais os algoritmos susceptíveis de produzirem a operação da evidência. E a resposta de Fernando Gil consiste em sugerir que a alucinação é o principal operador da evidência: a alucinação é uma «estrutura formal vazia» que permite a transposição dos conteúdos sensoriais, reunidos num «vivido único», um «sentimento de inteligibilidade», do qual a satisfação do espírito é a *ratio cognoscendi* ⁷⁴: «a alucinação transformará um dado sensorial e linguístico em inteligibilidade, e a inteligibilidade em satisfação do espírito» ⁷⁵. A alucinação continuará a funcionar depois da «prova da realidade» freudiana ⁷⁶. A percepção não é, na evidência, senão o preenchimento da alucinação ⁷⁷.

Fernando Gil determina, com o fim de explicar a relação entre alucinação e evidência, uma cadeia de operações: uma *operação-X* (alucinação originária), agindo sobre a expectativa de uma satisfação; uma *operação-A* (alucinação intelectual) que converte os dados do sentir em metáforas (Abertura, Captura, Luz, etc.) e nos conceitos (atenção, ostensão, intuição, injunção do verdadeiro) da evidência; e uma *operação-E* (operação da evidência

⁷⁴ TE: 219.

⁷⁵ TE: 220.

⁷⁶ TE: 227.

⁷⁷ TE: 228.

propriamente dita) que reelabora essas metáforas e esses conceitos nos modos da apodicticidade e da adequação ⁷⁸. Todas essas operações possuem uma vertente figural e uma vertente energética e desejante: a *força da evidência* conjuga uma com a outra. A *operação-X* (a alucinação originária), que visa reduzir uma tensão, conduz à «estesia pura, desejo e experiência de satisfação» ⁷⁹. A *operação-A* — a «alucinação intelectual produtora de evidência» ⁸⁰ — conduz à «apresentação do inteligível» ⁸¹. Ela «tem por base o dado linguístico e sensorial (o ‘sentir’), ela manifesta-se como *presença compulsiva*. A presencialidade reformula a estesia, a compulsão continua o desejo e a experiência de satisfação de X.» ⁸² A *operação-E*, a «operação produtora de evidência», «dá isto mesmo no modo da *mostração* e da *satisfação do espírito*, ou, por outras palavras, no modo de uma verdade posta como ‘existente’ (a apodicticidade) e de uma existência enunciando-se como ‘verdadeira’ (a adequação)» ⁸³. Ela conclui-se num «sentimento de inteligibili-

⁷⁸ Cf. TE: 220.

⁷⁹ TE: 232.

⁸⁰ TE: 232.

⁸¹ TE: 237.

⁸² TE: 232.

⁸³ TE: 232.

dade plena», simultaneamente satisfação do espírito e mostração do verdadeiro ⁸⁴.

Mas esta imagem da cadeia não nos deve fazer esquecer que «essas operações reduzem-se a uma só, elas fazem-se ao mesmo tempo — fora do tempo —, a sua diferenciação visa delimitar os elementos de uma única e mesma estrutura» ⁸⁵. Nisso, elas lembram as categorias peircianas ⁸⁶.

A reflexão do *Tratado* termina com a associação dos temas da alucinação, da existência e do indivíduo. «*A experiência (a evidência) dá o existente (Erfahrung, Evidenz, gibt Seiendes)*», escreve Husserl, citado por Fernando Gil ⁸⁷. A alucinação encontra-se ligada à existência ⁸⁸, o operador alucinatorio da evidência respeita à posição de um existente, e essa posição ecoa a alucinação do existente segundo Ockham ⁸⁹, a alucinação primitiva freudiana e o Ideal kantiano da razão pura. A realidade que o desejo alucina é a existência do individual: é a evidência do objecto individual que define a experiência, é através dele que a própria experiência se exprime: o individual

⁸⁴ TE: 237.

⁸⁵ TE: 232. Cf. também TE: 237-238.

⁸⁶ Cf. TE: 180.

⁸⁷ TE: 249, 253.

⁸⁸ TE: cap. IX.

⁸⁹ Cf. TE: 174-176.

possui «um poder de fascinação por onde passa a função de apresentação», ele é «o substrato da conceptualidade da evidência», «o *attractor* do operador-X»⁹⁰.

IV. A PROVA

Continuando com esta marcha-atrás, podemos descobrir sinais precursores de algumas das doutrinas mais fundamentais d'*A Convicção* em dois livros que antecedem o *Tratado da Evidência: Provas e Mimésis e Negação*. Em *Provas* (1986), que trata da figura antitética da evidência — a prova, precisamente (a evidência define-se imediatamente por ser aquilo que dispensa a prova⁹¹) —, a questão da relação do sujeito com o seu saber aparece já de múltiplas maneiras. A epistemologia não faz esquecer a dimensão epistémica. De resto, Fernando Gil pôde, em jeito de balanço, escrever que se «se acrescent[ou] alguma coisa à doutrina corrente da prova foi a importação do saber epistémico»⁹².

E, por isso, a questão da crença está aí inteiramente presente. Por exemplo: na discussão da relação entre opinião, fé e saber em Kant (as três modalidades do «ter-

⁹⁰ TE: 254.

⁹¹ TE: 11.

⁹² A: 27.

-por-verdadeiro») ⁹³; na análise do estatuto das «crenças básicas» (na realidade da existência do mundo antes do meu nascimento, por exemplo) em Wittgenstein ⁹⁴ (o Wittgenstein do escrito *Da Certeza* — o «terceiro» Wittgenstein ⁹⁵ — será uma referência de todas as obras posteriores de Fernando Gil); na exploração do estatuto singular das crenças científicas ⁹⁶, da maneira como as hipóteses engendram a convicção (é uma palavra que aparece já amiúde em *Provas*), como agem sobre esta ⁹⁷; na qualificação da exigência wittgensteiniana do *Tractatus* de uma correspondência ponto por ponto das proposições com os estados de coisas como «propriamente alucinatória» ⁹⁸; na tematização do entrelaçamento da inteligibilidade, da experiência própria, da compreensão, da significação e da satisfação intelectual ⁹⁹; etc. É verdade que crença e convicção são discutidas aqui sobretudo por relação às práticas da prova e da controvérsia (outro tema preferido de Fernando Gil). Mas encontram-se, de qualquer maneira, no centro do livro.

⁹³ P: 27-28, 108-110.

⁹⁴ P: 97-98.

⁹⁵ C: 33.

⁹⁶ P: 126-127.

⁹⁷ P: 90, 97.

⁹⁸ P: 77. Faz-se nesta frase a ponte entre *La Logique du Nom* e o *Tratado da Evidência*.

⁹⁹ P: 50, 93, 100-101.

A estrutura deste é simples. Depois de expor o modo como a filosofia, a retórica e o direito pensam a prova ¹⁰⁰, Fernando Gil discute as controvérsias que, do neopositivismo até aos anos 80 do século xx, rodearam o conceito de prova ¹⁰¹; e, finalmente, a relação entre prova e justificação na física ¹⁰². O inquérito é prolongado por uma série de «Notas» que desenvolvem certos aspectos do texto principal ¹⁰³, bem como por uma «Lição-síntese» dedicada ao papel da controvérsia no pensamento kantiano ¹⁰⁴ e por uma análise da controvérsia entre Leibniz e Clarke ¹⁰⁵.

A tradição filosófica da prova é analisada a partir de Hume — subtração à dúvida e à incerteza nas relações de causalidade, testemunho, assentimento ¹⁰⁶ —, Leibniz — convicção, plausibilidade (probabilidade, verosimilhança), compreensão, explicação ¹⁰⁷ — e Kant — prova ostensiva e prova apagógica, opinião, saber e crença, in-

¹⁰⁰ Respectivamente, P: 23-30, 30-35, 35-43.

¹⁰¹ P: 45-78.

¹⁰² P: 79-103.

¹⁰³ P: 105-141.

¹⁰⁴ P: 155-170.

¹⁰⁵ P: 171-205.

¹⁰⁶ P: 23-24. Cf. também a «Nota IX», sobre o estatuto do singular nas ciências humanas, a partir de Hume, P: 127-141.

¹⁰⁷ P: 24-26. Sobre o conceito de plausibilidade, cf. também a «Nota I», P: 105-108.

teligibilidade ¹⁰⁸. Apenas uma nota: ao longo de *Provas*, encontraremos várias reflexões sobre o valor da ostensão (no Direito, por exemplo) que antecipam já o valor que ela adquirirá no *Tratado da Evidência*.

No que diz respeito à tradição retórica, Aristóteles é um dos autores que aparecem como fundamentais — e as noções de exemplo (*paradeigma*) e *entimema* (de que o silogismo e a indução constituem as versões «científicas» ¹⁰⁹), bem como as de verosímil (*eikòs*), índice (*semeïon*) e índice necessário (*tekmérion*), são primaciais; discute-se a relação da prova retórica à demonstração, e o estatuto que, neste contexto, é o da convicção, da necessidade e da universalidade ¹¹⁰. Fernando Gil refere ainda a posição dos Estóicos e de Cícero no capítulo ¹¹¹, bem como a «inserção da prova retórica no quadro do debate contraditório» promovida pela rica tradição controversialista medieval ¹¹², e a natureza da argumentação na Terceira Jornada do *Diálogo* de Galileu ¹¹³.

¹⁰⁸ P: 26-30. Cf. também a «Nota II», P: 108-110.

¹⁰⁹ P: 45.

¹¹⁰ P: 30-33. Cf. igualmente a «Nota IV», sobre o conceito de argumentação em Aristóteles, P: 112-116.

¹¹¹ P: 33-34.

¹¹² P: 34. Cf. também a «Nota V», sobre a prática medieval do debate, P: 116-121.

¹¹³ P: 34-35. E a «Nota VI», P: 121-124.

Por fim, o direito contribuiu para a teoria da prova, através de um certo número de noções. Em primeiro lugar, a problemática da legitimidade (retomada no *quid iuris* kantiano): «a problemática da legitimidade será directamente jurídica»¹¹⁴. Em segundo lugar, os temas do *onus probandi* e da presunção, fundamentais na doutrina das controvérsias¹¹⁵. Em último lugar, «o processo articula-se com o estabelecimento e a avaliação neutra, imparcial, do facto, que também representa uma exigência epistemológica fundamental»: «Sem se pretender afirmar uma filiação directa dos critérios epistemológicos nos princípios processuais — mas não é de excluir que ela possa ser real — a prova judicial do facto é em certo sentido o paradigma da prova empírica.»¹¹⁶

Da discussão do conceito de prova, do neopositivismo aos nossos dias, retenhamos apenas um aspecto (lembrando todavia que a discussão é extremamente rica, incluindo uma análise detalhada da crítica do neopositivismo, de Popper a Habermas, passando por Kuhn, entre outros): o movimento que leva à formação da doutrina das constatações por Schlick, por ter sido uma doutrina da qual Fernando Gil sempre se encontrou próximo.

¹¹⁴ P: 35.

¹¹⁵ P: 35-36.

¹¹⁶ P: 36.

«Para lá das divergências e dos debates internos que atravessaram o Círculo de Viena e da ‘liberalização’ progressiva dos critérios da prova, são pontos centrais do neopositivismo: *a*) a associação, estipulada já no *Tractatus* de Wittgenstein, da problemática da verdade à determinação do sentido, e *b*) a subordinação do sentido cognitivo ao princípio de um controlo empírico.»¹¹⁷ Será, de acordo com Fernando Gil, «a tese *b*) que guiará a epistemologia neopositivista»¹¹⁸.

Neste contexto, a teoria carnapiana das proposições (ou enunciados) protocolares — «proposições relativas aos dados de facto últimos em que devem assentar as ciências empíricas»¹¹⁹ — é fundamental: ela «tem por finalidade proporcionar à verificação um fundamento inteiramente objectivo»¹²⁰. Prolongando a análise das sensações de Mach e os *sense data* de Russell (conhecidos *by acquaintance*), «as proposições protocolares seriam os únicos enunciados não carecendo de verificação»¹²¹. A crítica das proposições protocolares desenrolou-se no próprio Círculo de Viena. Otto Neurath censurou a Carnap o carácter metafísico da «ficção de uma *língua ideal*

¹¹⁷ P: 46-47.

¹¹⁸ P: 47.

¹¹⁹ P: 47.

¹²⁰ P: 47.

¹²¹ P: 47-48.

construída a partir de *enunciados atômicos puros*», sugerindo antes «uma ascese gradual, da ‘língua trivial com a sua história’ até uma ‘língua trivial fisicalista’ denotando coisas, e desta até ‘uma língua fisicalista elaborada’»¹²². E «o critério último da validade reside na *coerência* do conjunto» das proposições¹²³, não na suposta indubitabilidade das proposições protocolares. A acusação popperiana de convencionalismo à sugestão de Neurath parece certa¹²⁴, mas o objectivo de Neurath, como nota Fernando Gil, é outro, um «fisicalismo radical»: «Neurath não retira conclusões cépticas da crítica do ‘fenomenalismo’ carnapiano e propõe antes substituí-lo — trata-se naturalmente de um *programa* — por uma identidade do físico e do linguístico (a própria linguagem é um processo físico). Em vez do isomorfismo de Wittgenstein e de Carnap, tem-se agora como que um monismo ‘neutro’, à maneira de William James, cujo alcance epistemológico consiste na tradução de toda e qualquer proposição com valor cognitivo em proposições referindo e medindo propriedades físicas de entidades físicas existindo no espaço e no tempo.»¹²⁵. Face a estas críticas, Carnap atenuará a sua posição: os enunciados protocolares não seriam já

122 P: 48.

123 P: 48.

124 P: 49.

125 P: 49.

os elementos de uma «semântica pura», mas antes de uma simples «semântica descritiva»¹²⁶.

O passo seguinte do debate consistirá nas críticas de Moritz Schlick a Neurath e às concessões de Carnap, bem como nas críticas que, por sua vez, serão feitas à sugestão que o próprio Schlick avança: a teoria das constatações. Vale a pena sublinhar que, como antes foi dito, esta última será sempre um ponto de referência de Fernando Gil (no *Tratado da Evidência*, por exemplo), e que Schlick é, sem dúvida, de entre todos os neopositivistas, aquele de que Fernando Gil se sentiu mais próximo. Como se certifica a verdade científica? «Por um sentimento de satisfação intelectual, responde Schlick, o contentamento que experimenta o cientista face à ‘constatação’ (*Konstatierung*) empírica de uma previsão teórica. A constatação contém uma vertente subjectiva (a satisfação que, em última análise, é um *sentimento de inteligibilidade* fornecido pela ‘transparência’ de uma explicação) e uma vertente objectiva, constituída pela verificação empírica da previsão em questão (‘aqui, agora, coincidência de duas riscas negras’, etc.). Em linguagem husserliana dir-se-á que a constatação preenche uma visada intencional (a expectativa do comportamento previsto) pela presentificação do dado empírico. Momento terminal da verificação

¹²⁶ P: 49-50.

de uma hipótese, a constatação consiste num contacto indizível com a experiência em que, por assim dizer, se contempla a inerência da hipótese, do conceito, ao empírico.»¹²⁷ Neurath, mais uma vez, censurará Schlick por se prender nas armadilhas da velha evidência¹²⁸.

Finalmente, no que respeita à relação entre prova e justificação na física, Fernando Gil lembra que convém sair da epistemologia propriamente dita e tentar perceber como funciona, de facto, a justificação na prática da ciência. «Os problemas decisivamente importantes situam-se *a montante* da prova de cada adequação local e respeitam à possibilidade da adequação em geral. Trata-se de esclarecer a *inerência* da explicação ao facto, não de colar, pelo exterior, proposições e bocados de realidade. Como compreender a pertinência das explicações científicas? Na medida em que a insistência sobre a prova contribui para evitar esta pergunta, a epistemologia é também uma ideologia.»¹²⁹ Isto é, na linguagem futura de *A Convicção*, uma ocultação da fundação pelo fundamento. A «'prova' não é senão um elemento — que pode inclusivamente faltar — da justificação das teorias»¹³⁰.

127 P: 50.

128 P: 50.

129 P: 77.

130 P: 78.

A ilustração desta tese é extremamente rica. Reteremos aqui, por falta de espaço, apenas a menção àquilo que Fernando Gil chama «realismo da interpretação»: «A interface do sujeito e do mundo a cada momento chama-se, pelo lado do sujeito, *experiência cognitiva* e, pelo lado do objecto, *horizonte da informação*. Trabalhando no interior deste horizonte, a imaginação científica guarda uma vocação simultaneamente *realista e plural*. A epistemologia ambicionou uma ciência decalcada sobre um realismo epistémico da representação, enquanto a crítica do positivismo desemboca no idealismo da representação. A razão científica parece praticar a terceira via de um realismo da interpretação ou, mais frequentemente, de um *realismo do conflito das interpretações*. A diversidade das interpretações aparecerá como a metáfora da multiplicidade sobredeterminada da informação empírica e da dualidade interna do conceito; e o conjunto das teorias terá como referente o conjunto das fenomenologias que interpretam.»¹³¹

Será algo que sempre lhe permanecerá caro. Voltará à questão em *Acentos*. Como se conhece? Há três tipos de resposta. «Um deles é o realismo empirista e mimético, segundo o qual a representação se fundaria no decalque da realidade. O outro é o idealismo da interpretação, em

¹³¹ P: 103.

que não há limite ao arbitrário. Estas duas posições têm ilustrações actuais, respectivamente, no realismo epistemológico fundado na ideia de adequação, e no ‘construcionismo’ da sociologia dos *science studies* ou de um kantismo a que, se bem me recordo, chamei selvagem. As hipóteses dependeriam essencialmente do social (os ‘interesses’ das comunidades científicas) ou das decisões interpretativas do sujeito, quase sem constrangimentos de racionalidade. Em *Mimésis e Negação* e em *Provas* propus uma aproximação diferente — dei-lhe o nome de realismo interno: não é o realismo interno de Putnam mas, não obstante, tem alguma coisa dele. A ideia é que se deverá encontrar na própria teoria as condições da sua aplicabilidade, mas de maneira a, em sentido contrário, reconhecer, dar todo o seu lugar à resistência do dado. Caso contrário, cair-se-á numa pura tautologia construcionista.»¹³²

A oposição entre realismo da adequação (ou empirista) e idealismo da interpretação, Fernando Gil encontra-a já no domínio da teoria da prova em Direito, através do confronto entre prova empírica (testemunho) e prova racional (argumentação): a tensão entre estas últimas «pode revestir formas diversas e é homóloga da grande aporia que atravessa a determinação científica do facto, a saber, a incompatibilidade aparente de uma *correspondência*

¹³² A: 38.

«passiva», suposta, como o testemunho, retratar o empírico, com uma *construção racional* que, como a argumentação, é «activa» e conceptual. Num caso como no outro, a aporia é também constantemente *relativizada* pela intenção de objectividade — subordinada à verdade, na ciência, e à justiça, no Direito —, inscrita nas práticas jurídicas e científicas, quaisquer que sejam as modalidades da justificação.»¹³³

Deixaremos de lado, por falta de espaço, a riquíssima teoria da controvérsia exposta nos apêndices. A teoria da controvérsia sempre acompanhou Fernando Gil, que dela foi um dos mais eminentes teorizadores.

V. A AFINIDADE

O problema da crença encontra-se também no coração desse livro maravilhoso que é *Mimésis e Negação* (1984). Em primeiro lugar, no modo como é salientada a continuidade entre percepção e representação. Contrariando várias formas de convencionalismo ou posições afins — Nelson Goodman, por exemplo¹³⁴ —, *Mimésis e Negação*, retomando ensinamentos estóicos¹³⁵, afirma que os as-

¹³³ P: 37.

¹³⁴ MN: 46-47.

¹³⁵ MN: 55 e segs.

pectos arbitrários da representação são secundários, que esta possui uma «legitimidade de princípio» que se enraíza no «nosso dispositivo categorial ‘natural’»¹³⁶. A percepção de semelhanças é «intrinsecamente fiável»¹³⁷. A *mimésis*, a representação, funda-se em necessidades adaptativas (o tema reaparecerá em *A Convicção* na discussão da «crença animal»¹³⁸) e encontra o seu fundamento na percepção: «perceber é já representar»¹³⁹. Certamente que a nossa disposição para a percepção de semelhanças, que é o emblema da representação por excelência, e da qual a «entre-expressão monádica» de Leibniz¹⁴⁰, «príncipe dos filósofos»¹⁴¹, é uma das mais profundas recriações filosóficas, esbarra em contrastes vários, em negações. Tal como a crença científica esbarra na realidade da controvérsia. «O facto da negação — do contraste, da oposição, da controvérsia — é o limite insuperável da *mimésis*.»¹⁴² O contraste e a semelhança constituem as duas fundamentais condições lógicas e biológicas do

¹³⁶ MN: 50.

¹³⁷ MN: 81.

¹³⁸ C: 57-60.

¹³⁹ MN: 79.

¹⁴⁰ MN: 222-225.

¹⁴¹ A: 71.

¹⁴² MN: 507; cf. também nota 61 da p. 207: «O sistema das semelhanças esbarra sempre nos *contrastes*.»

nosso conhecimento. Mas — qualquer que seja a importância da negação; e o capítulo dedicado às oposições ¹⁴³ é de uma riqueza filosófica impressionante — há, à maneira de Peirce, uma «articulação originária do pensamento com a verdade» ¹⁴⁴, uma tendência natural do pensamento para a verdade. Uma ideia que, no fundo, Fernando Gil nunca abandonou.

Vale a pena insistir neste ponto, já que ele ecoa nas obras posteriores. O cognoscente exprime, natural e muito leibnizianamente, o conhecido. Em *Mimésis e Negação* esta tese é ainda explorada através de uma notável análise dos conceitos de imaginação e de afinidade em Kant ¹⁴⁵. A imaginação revela a afinidade, conduz-nos à descoberta de semelhanças. Ela prolonga a própria natureza. (Em *A Convicção*, a imaginação aparecerá como o principal factor da nossa crença no mundo ¹⁴⁶, ela será «o operador oculto da existência» ¹⁴⁷.) *Mimésis e Negação* fusiona, no fundo, uma teoria da realidade (uma ontologia) e uma teoria do nosso conhecimento da realidade (uma epistemologia). A evidência, a crença e a convicção perfilam-se no horizonte. A afirmação (a *mimésis*, a seme-

¹⁴³ MN: 151-194.

¹⁴⁴ MN: 504; cf. também MN: 34 e P: 111-112.

¹⁴⁵ MN: 496 e segs. Cf. também A: 37-38.

¹⁴⁶ C: 48 e segs.

¹⁴⁷ C: 69.

lança) é já primeira por relação à negação (ao contraste, à controvérsia), como o será no *Tratado da Evidência* e em *A Convicção*, e também, à sua maneira, em *Provas*. Se quisermos encontrar algo em que as obras posteriores — nomeadamente o *Tratado* e *A Convicção*, sobretudo esta última — divirjam substantivamente de *Mimé-sis*, será na busca cada vez mais acentuada de algo a montante da própria percepção: Fernando Gil, partindo da alucinação segundo Freud, encetará um movimento — que é também um reencontro com um dos filósofos da sua juventude — que o tornará cada vez mais próximo de Fichte ¹⁴⁸. Mas mesmo aí não há contradição, antes, aprofundamento de um problema.

Procuremos resumir o plano de *Mimé-sis e Negação*. O leque de assuntos tratados é vasto. Trata-se de determinar qual o estatuto da representação ¹⁴⁹, da categorização ¹⁵⁰, da invenção ¹⁵¹ e da constituição e transmissão do conhecimento ¹⁵². Procuraremos apenas salientar um dos aspectos principais de cada um dos quatro capítulos do livro: a ideia, já nossa conhecida, do «realismo da interpretação»; a questão do pensamento categorial;

¹⁴⁸ Cf. C: 40, 221.

¹⁴⁹ MN: 35-87.

¹⁵⁰ MN: 89-240.

¹⁵¹ MN: 241-344.

¹⁵² MN: 345-514.

a invenção e a descoberta; e, finalmente, o problema da transmissão dos conhecimentos.

Começemos, então, pelo realismo da interpretação. Fernando Gil procura fundamentar (contra Nelson Goodman) a *legitimidade da representação* no carácter «absolutamente constringente»¹⁵³ da percepção (que esse seria o quadro escolhido, já havia sido indicado antes: «a representação será apreciada no quadro da percepção»¹⁵⁴, o «único pressuposto» do livro «é ser a experiência por essência cognitiva»¹⁵⁵) que deverá depois ser interpretada: «A percepção é interpretada pela linguagem e pelo pensamento, isto é, pelo único sistema representativo que apresenta igual profundidade.»¹⁵⁶ O facto de a representação se encontrar determinada pela percepção implica que o seu carácter arbitrário se manifeste apenas a um nível secundário e não primeiro, contrariamente ao que pretende Goodman, pois que — digamo-lo mais uma vez — a percepção, «o nosso dispositivo categorial ‘natural’»¹⁵⁷, é «absolutamente constringente» e necessária. A «capacidade de representar pressupõe uma legiti-

¹⁵³ MN: 44.

¹⁵⁴ MN: 15.

¹⁵⁵ MN: 16.

¹⁵⁶ MN: 49.

¹⁵⁷ MN: 50.

midade de princípio para o fazer»¹⁵⁸ e essa legitimidade irá ser buscada no próprio dispositivo (natural, adaptativo) da percepção de semelhanças, que revela um isomorfismo natural, estrutural, entre a representação e o representado. Encontramos aqui o tema wittgensteiniano da «forma da figuração» <*Form der Abbildung*>, cuja importância para o pensamento de Fernando Gil é já manifesta em *La Logique du Nom*¹⁵⁹: «a forma da figuração é uma metáfora da natureza representativa do pensamento e da linguagem»¹⁶⁰. Na «pregnância da representação de origem sensível» exprime-se «a interacção do sujeito e do objecto, a acção do mundo sobre o homem e a interpretação do mundo pelo homem. É justificadamente que, tanto para o pensamento grego na sua quase totalidade, como para o ‘empirismo’ — mas, por certos aspectos, ainda para Kant e Husserl, Russell e Quine —, a representação de origem sensível e a origem sensível da representação são paradigmáticas. Colocar-nos-emos no interior dessa tradição: um naturalismo revisto pelo pensamento transcendental.»¹⁶¹

O primado da percepção na representação é teorizado por Fernando Gil sobretudo — depois de uma análise dos

¹⁵⁸ MN: 50.

¹⁵⁹ Cf. LN: 187 e segs.

¹⁶⁰ MN: 50.

¹⁶¹ MN: 45.

pré-socráticos, bem como de Platão e Aristóteles ¹⁶² — a partir da elucidação dos argumentos estoicos e da controvérsia entre estes e cirenaicos a propósito das noções de verdade e de percepção ¹⁶³, de Descartes ¹⁶⁴, da teoria medieval da *species* ¹⁶⁵ e, finalmente, da obra de René Thom ¹⁶⁶. Mas tudo isto nos coloca no próprio seio da *aporia da representação*, isto é, num intervalo indecível entre um «realismo passivo da semelhança» e um «idealismo activo da interpretação», entre os quais a teoria da interpretação se encontra cindida e que a teoria estoica da *catalepse* ilustra exemplarmente, mas de que a teoria da *species* de S. Tomás, Grosseteste e Roger Bacon também participa. A «aporia reside em que, para justificar a relação entre o objecto representado e a imagem na base da representação, será mister recorrer a um *realismo da semelhança*: na imagem, o objecto está ‘impresso, marcado, reproduzido’. Mas a análise das condições desse realismo (o empirismo sensista não é suficiente) acaba para nos remeter para um *idealismo da interpreta-*

¹⁶² MN: 51-54.

¹⁶³ MN: 55-58; 62-70.

¹⁶⁴ MN: 71-74.

¹⁶⁵ MN: 74-79. Ela será importante também no quadro da sua investigação sobre a evidência. Cf. TE: 62-64.

¹⁶⁶ MN: 84.

ção. Para além do estoicismo, tais dificuldades permanecerão no horizonte da teoria da representação.»¹⁶⁷

Face a esta aporia crucial (que *Provas*, como vimos, retomará em detalhe), Fernando Gil decide — e é, sem dúvida, o momento central da sua argumentação — por um «*realismo da interpretação*» (que se complementará pela sugestão de um «materialismo transcendental», «a doutrina que melhor declara a *mimésis* do conhecimento e dos seus objectos»¹⁶⁸) «susceptível de dar uma solução de princípio aos problemas com que nos deparamos»¹⁶⁹.

A tónica é então posta na questão («kantiana») da construção — por distinção com as questões relativas ao «ser», à «semelhança» e à «causa» da representação — e a sua elucidação é simultaneamente psicológica e transcendental¹⁷⁰: a construção do «conceito empírico» por parte do sujeito baseia-se na percepção «intrinsecamente fiável» de semelhanças¹⁷¹, num mimetismo natural, adaptativo, teorizado já por Konrad Lorenz¹⁷². A verda-

¹⁶⁷ MN: 68.

¹⁶⁸ MN: 506.

¹⁶⁹ MN: 81.

¹⁷⁰ Cf. MN: 81.

¹⁷¹ MN: 80.

¹⁷² MN: 84. Sobre o valor adaptativo da percepção de semelhanças e contrastes, cf. também MN: 91, 226.

de será portanto buscada, no quadro da representação, numa *mimésis* despertada por necessidades adaptativas, *mimésis* essa que encontra o seu fundamento na percepção. O realismo da interpretação conjuga em si construção e adequação ao dado (*mimésis*): «tanto construção como neutralidade são, ambas, condições necessárias da objectividade»¹⁷³.

A ideia de semelhança reaparece no capítulo segundo de *Mimésis e Negação* — talvez o mais admirável do livro —, dedicado aos processos de categorização, aliada à noção de contraste. O par semelhança/contraste — que «intervém já no plano da representação», «ligado à oposição contínuo/discreto», determinando «o quadro perceptivo, a pura representatividade»¹⁷⁴ — «pode talvez obter-se mediante uma contracção de dois pares da tópicica transcendental kantiana — unidade/diversidade e acordo/desacordo»¹⁷⁵. A «determinação das classes faz-se pela análise de semelhanças e de diferenças»¹⁷⁶, as classificações baseiam-se «em semelhanças e contrastes»¹⁷⁷,

¹⁷³ M: 349.

¹⁷⁴ MN: 225. Sobre a relação entre o par semelhança/contraste e o par contínuo/discreto, cf. ainda MN: 227, nota 61: «a própria oposição semelhança/contraste constitui o termo de um processo de acentuação (isto é, de discretização)».

¹⁷⁵ MN: 91.

¹⁷⁶ MN: 102.

¹⁷⁷ MN: 129.

elas «representam uma actualização [...] do par identidade/diferença, do mesmo e do outro»¹⁷⁸. E as sistemáticas, que são o corolário das classificações, dependem, por via das classificações, «de uma teoria que determina as semelhanças e os contrastes a serem considerados»¹⁷⁹.

Sem dúvida que a percepção das semelhanças se verifica em «contextos de relevância» distintos: «Eles são estruturais, morfológicos, dinâmicos, funcionais, sistemáticos, dão-se em todas as etapas da actividade classificatória, são mais ou menos abstractos e podem, eventualmente, ser investigados por técnicas altamente refinadas: é o caso da taxonomia numérica, onde a avaliação das semelhanças e das diferenças se faz estatisticamente e é geometricamente representável. Trata-se agora de uma ‘percepção de semelhanças’ inacessível à simples representação de origem sensível.»¹⁸⁰

A análise do «paradigma uno-estrutura» atribuirá à noção de semelhança um papel fundamental no que respeita à relação entre as partes de um sistema. A «coesão» entre elas não é senão o «sistema de semelhanças»: «E como a semelhança respeita ao *signo*, a coesão pertenc-

¹⁷⁸ MN: 130.

¹⁷⁹ MN: 141-142.

¹⁸⁰ MN: 150.

cerá à ordem da representação; e chamar-se-á força o efeito global dos sistemas de semelhanças tomados no seu conjunto.»¹⁸¹ Semelhança e contraste constituiriam o «estrato categorial último», «é pela análise de semelhanças e de contrastes que se obtêm os conceitos e as categorias»¹⁸²: «Perceber semelhanças é também perceber diferenças, *maxime* contrastes. Como transparece já dos *Tópicos* de Aristóteles, o eixo semelhança-contraste é o dispositivo primordial da organização da significação e da recepção de quaisquer formas» — semelhança e dissemelhança constituem, de resto, um par fundamental tanto em Platão como em Aristóteles¹⁸³, e saber-se se há sensação do semelhante ou do dissemelhante é um problema característico do pensamento grego¹⁸⁴ —, e a questão é transcendental: «Porque é precisamente primordial a percepção de semelhanças e de contrastes?»¹⁸⁵ Tal par categorial é a condição simultaneamente biológica e lógica de todo o conhecimento. A categorização funda-se na percepção e as categorias «habitam a representação»¹⁸⁶.

181 MN: 222.

182 MN: 92.

183 MN: 100.

184 MN: 52.

185 MN: 91.

186 MN: 92.

Dado isto, não espanta que Fernando Gil possa afirmar que a interrogação sobre o pensamento categorial — nas suas incidências epistemológicas, lógicas, linguísticas e ontológicas ¹⁸⁷ — «é um aspecto da pergunta mais geral sobre o que quer dizer pensar» ¹⁸⁸. «Os opostos são, na Grécia, o terreno de onde emergem os princípios de não-contradição e do terceiro excluído: Aristóteles apurou-os a partir de uma ‘recapitulação’ explícita das dificuldades dos seus antecessores.» ¹⁸⁹ O pensamento categorial visa «diferenciar a unidade e integrar a proliferação das diferenças» ¹⁹⁰.

Ele corresponde simultaneamente a uma abertura e a um fechamento do pensamento: «As categorias destroem a identidade confusa da totalidade. Sendo ‘acepções do ser’, instilam complexidade, procedem a diferenciações. Nisso consiste a sua vocação antidogmática. Porém — acrescente-se agora —, em sentido oposto, as categorias fixam também limites à percepção da variedade. Nesta qualidade, o pensamento categorial é fonte de economia intelectual, facilitando as decisões quando reduz a incerteza e a hesitação permanentes a que condenaria uma identificação hipergraduada da experiência. A análise da

¹⁸⁷ MN: 96.

¹⁸⁸ MN: 95.

¹⁸⁹ MN: 227.

¹⁹⁰ MN: 226.

informação revelar-se-ia, nessas condições, excessivamente lenta e onerosa, no que se refere quer à memória, quer aos dispositivos do conhecimento.»¹⁹¹ Por isso, Fernando Gil pode escrever que «as categorias funcionam como ‘créodos’ [...], são atractores que seleccionam vias dominantes e hierarquizam a experiência»¹⁹². O pensamento categorial sofre, no entanto, de limitações, tanto do ponto de vista epistemológico e sintáxico como ontológico¹⁹³.

De facto, o pensamento categorial encontra-se numa situação particular: possuindo, diferentemente da lógica, uma «vocação para o concreto», faltam-lhe, ao mesmo tempo, «conteúdos concretos» — o que não impede que, organizando as categorias «os domínios do conhecimento e os modos do conhecer», as categorias «se encontrem por toda a parte e se tornem indissociáveis da linguagem e da lógica»¹⁹⁴. Ele é simultaneamente subdeterminado e sobredeterminado, como se verifica pelas suas duas fundamentais características: «a ausência de conteúdos de significação invariante, a dependência dos opostos relativamente a complexos cognitivos mais amplos, e, inversamente, a posição determinante dos opostos na

¹⁹¹ MN: 225-226.

¹⁹² MN: 226.

¹⁹³ MN: 98.

¹⁹⁴ MN: 101.

construção desses mesmos complexos. Colhendo a sua razão de ser no conhecimento efectivo, a polarização conceptual informa-o constantemente.»¹⁹⁵

O capítulo III, «Inventar», organiza-se em torno da noção de «problema». Não a referiremos, no entanto, aqui. Deixemos apenas duas notas sobre a invenção e a descoberta.

A invenção — «uma intensificação das actividades de aprendizagem» e, ao mesmo tempo, parente próxima do jogo¹⁹⁶, um «jogo canalizado»¹⁹⁷ — é «um aspecto da investigação»¹⁹⁸. A invenção é «uma propriedade do vivente», existem afinidades fortes entre a invenção intelectual e a invenção biológica¹⁹⁹. Tal como a estratégia, ela representa «a condição primária do humano, senão das formas superiores do vivente»²⁰⁰. E é bifronte: «Há, no processo da invenção, dois movimentos inversos. Um, virado para a frente, quer descobrir soluções novas. O outro aspira ao repouso, à redução das tensões, à homeostase: a invenção aplica-se a problemas que se querem *resolver*; pertence à natureza da criação encontrar um termo.»²⁰¹.

¹⁹⁵ MN: 191.

¹⁹⁶ MN: 252.

¹⁹⁷ MN: 255.

¹⁹⁸ MN: 251.

¹⁹⁹ MN: 253.

²⁰⁰ MN: 338.

²⁰¹ MN: 254.

Pelo seu lado, a descoberta dá-se num contexto de acaso e contingência: «Os problemas acham-se e tratam-se numa condição de contingência permanente, ao acaso da sua descoberta e dos instrumentos de que se dispõe.»²⁰² A descoberta implica um jogo entre o acaso e os signos. As páginas que Fernando Gil dedica à descoberta articulam-se com aquilo que escreveu, no capítulo II, sobre o «paradigma uno-estrutura», que é, no fundo, um paradigma semiótico²⁰³. Mas o acaso é «incessantemente conquistado. Pouco a pouco tornar-se-á um resíduo no espaço do problema, da obra, e parecerá anulado pela solução.»²⁰⁴ (Trata-se de algo que, mais uma vez, antecipa a distinção fundação/fundamento de *A Convicção*: a fundação manterá a relação com o acaso e o jogo dos signos; o fundamento obliterá-la-á.)

No jogo dos signos — na «*excitação dos signos*», como escreve Klee (que se cruza muitas vezes com Kessler, Thom e Valéry neste capítulo de *Mimésis*)²⁰⁵ —, aquilo que aparece como *interessante* funciona como um «indicador para a atenção» que levará à descoberta, mantendo-se, no entanto, no plano da contingência: «O que aparece como interessante perfila-se contra o adquirido,

202 MN: 285.

203 MN: 214-225.

204 MN: 285.

205 MN: 287.

e também por isso é radicalmente contingente; e assim permanecerá também porque decisões acerca do que é interessante continuarão a comandar a pesquisa até ao fim.»²⁰⁶ Independentemente da contingência, a solução é uma «boa forma»: «toda a solução é como uma *boa forma* investida de *pregnância*, suscitando efeitos de irradiação», uma forma que é uma «condensação de significações»²⁰⁷.

Mencionemos, a acabar, um dos temas fundamentais do capítulo IV, «Conhecer», o tema da transmissão dos conhecimentos.

As formas de transmissão compendiária (isto é, sem dissipação, sem dispêndio, pela via mais directa, metódica, como pretendia já John de Salisbúria²⁰⁸, «com um mínimo de obstáculos»²⁰⁹, por processos «parcimoniosos e rentáveis»²¹⁰) de conhecimento, características da ciência pós-galileiana (embora com origens anteriores²¹¹), bem como essa própria ciência, vivem da pressuposição de uma homogeneidade cognitiva que é também encarna-

²⁰⁶ MN: 286.

²⁰⁷ MN: 295.

²⁰⁸ MN: 358, 363. Sobre a oposição entre *compendium* e *dispêndium*, cf. MN: 359 e segs. Sobre o dispêndio, cf. MN: 372-373.

²⁰⁹ MN: 373.

²¹⁰ MN: 360.

²¹¹ MN: 356 e segs., 392.

ção do primado da semelhança. «Bem antes da epistemologia contemporânea, Kant indicou que o sucesso da empresa científica pós-galileiana resultou da homogeneização relativa que logrou estabelecer entre conceitos, instrumentos de medida e os próprios dados empíricos.»²¹²

Com efeito, «apenas a ciência pós-galileiana — graças ao movimento de generalização e de uniformização reducionista que a anima — é homogeneizadora por virtude própria (pense-se, por exemplo, na química, cujo objecto adquiriu coerência graças, simultaneamente, à teoria atomista e à standardização das notações)»²¹³. Esta «homogeneização relativa» é paralela a uma progressiva abstracção do saber: «É durante os séculos XVIII-XIX que se opera definitivamente a eliminação de um saber do concreto, em benefício do conhecimento abstracto de relações.»²¹⁴ E de um recalçamento, diagnosticado por Bachelard, da interioridade²¹⁵, recalçamento esse que, segundo Fernando Gil, faz que o sujeito «fique privado de uma memória vivida sem a qual a posse da ciência não se afigura estável»²¹⁶.

²¹² MN: 349.

²¹³ MN: 457.

²¹⁴ MN: 369.

²¹⁵ MN: 385.

²¹⁶ MN: 436.

As disciplinas — estabelecendo «a mediação entre a produção e a transmissão do conhecimento» e opondo-se ao saber «de estilo categorial»²¹⁷ — são problemáticas objectivadas²¹⁸, saberes suportados «por uma vontade de normalização»²¹⁹. E esta objectividade, acompanhada de uma certa «an-historicidade»²²⁰ e de um certo anonimato, é condição da transmissão «explícita e ordenada»²²¹ de um conhecimento unívoco e descontextualizado²²² (por oposição a um conhecimento «dependente de um contexto», «equivoco», «implícito», «particular» e «esotérico», não susceptível de «cumulatividade»²²³), «de *intentio secunda*»²²⁴, mais declarativo do que performativo, isto é, mais dirigido à verdade²²⁵ — já teorizado na *Didáctica Magna* de Coménio²²⁶ —, que é recebido por um sujeito pelo menos parcialmente «nor-

²¹⁷ MN: 389.

²¹⁸ MN: 347.

²¹⁹ MN: 408.

²²⁰ MN: 353.

²²¹ MN: 374.

²²² Sobre a oposição entre conhecimentos contextualizados e descontextualizados, cf. MN: 366 e segs.

²²³ MN: 355-356.

²²⁴ MN: 370-371, 378.

²²⁵ MN: 367.

²²⁶ MN: 365. Sobre a teoria do ensino de Coménio, tal como exposta na *Didáctica Magna*, cf. também MN: 450-452.

malizado»²²⁷ — há «uma normalização do sujeito através da normalidade do saber»²²⁸ —, «homogéneo» e «idêntico»²²⁹, «ideal»²³⁰, «colectivo»²³¹, ao mesmo tempo «autor e destinatário» da ciência²³².

Embora o inatismo cartesiano exprima «directamente a descontextualização do conhecimento por relação aos seus objectos», não havendo «nenhum índice [...] que permita ao sujeito reconhecer as ideias inatas como *suas* e instrumentalizá-las espontaneamente» (se bem que haja igualmente em Descartes «um esforço de *recontextualização* do conhecimento nesse novo sujeito epistemológico, em que parecem cortados quaisquer laços entre a experiência e as qualidades cognitivamente decisivas») ²³³, serão a «validade universal» e a «validade objectiva» do saber teorizadas por Kant o verdadeiro emblema deste processo: «Validade objectiva significa que o saber se desprende inteiramente do sujeito da enunciação e que, nele, a *vox* e os textos que a materializavam

²²⁷ MN: 351.

²²⁸ MN: 389.

²²⁹ Cf. MN: 352.

²³⁰ MN: 387.

²³¹ MN: 388.

²³² MN: 387.

²³³ MN: 416.

se calaram face a um novo livro, o livro da natureza, uniformemente escrito e lido.»²³⁴

A comunicação torna-se integral: «A ciência moderna — objectiva, ou seja, a mesma para todos — tornou possível o projecto histórico de uma comunicação integral, homólogo das grandes mutações sociais que se produziram desde o século XVI.»²³⁵ A escrita, por oposição à oralidade, ao «estilo oral»²³⁶ — de que o «livro», na sua acepção original, e por oposição ao «compêndio»²³⁷, é subsidiário: é ele «que se subordina à palavra», «ele próprio é *vox* e não artefacto»²³⁸ —, é aqui indispensável: «Na tradição do escrito — ou seja, da ciência —, a subjectividade é não só irrelevante, como directamente contrária ao ideal de objectividade»; e «a intenção cien-

²³⁴ MN: 372.

²³⁵ MN: 386.

²³⁶ MN: 361. Sobre a oposição entre oral e escrito, cf. MN: 361 e segs. Fernando Gil sugere que, na oposição aristotélica entre raciocínio demonstrativo e raciocínio dialéctico, se inscreve já, de algum modo, a oposição escrito/oral (cf. MN: 407). Em contrapartida (Fernando Gil remete para Hamblin), o silogismo da lógica indiana seria «muito mais contextualizado nas práticas discursivas dialécticas» (MN: 413, nota 139).

²³⁷ Cf. MN: 360 e segs. É da oposição entre livro (o *Sefer Yetsira*) e compêndio (o *Compêndio de Matemática* de J. Sebastião e Silva) que Fernando Gil parte nesta sua investigação, MN: 351 e segs.

²³⁸ MN: 361.

tífica moderna está, de algum modo, antecipada em toda a forma de escrita, por vocação anónima e objectiva»; mais: «Galileu e Gutenberg pertencem à mesma configuração epistemológica»²³⁹ — e o mesmo se poderia dizer de Coménio, que descreve a didáctica «à imagem da imprensa»²⁴⁰.

A linguagem torna-se «convencional (isto é, sem uma semântica imanente), relacional, unívoca e universal»²⁴¹, adequada a um conhecimento (que se prolonga no ensino concebido como um «artifício universal»²⁴²; no limite, «é o conjunto da sociedade que se ‘artefactualiza’»²⁴³) expansivo e cumulativo²⁴⁴, «multiplicativo, reprodutivo»²⁴⁵, mas oposta à língua natural²⁴⁶. «A transmissão dos conhecimentos tende inevitavelmente para o nivelamento, a laminagem das questões, a suboptimalidade, a redução da dúvida, dos riscos, do contingente, da ‘desordem’.»²⁴⁷ Por processos que são «artefactos», «simplifi-

²³⁹ MN: 357. Cf. também MN: 365-366, nota 125.

²⁴⁰ MN: 401. Cf. também MN: 452.

²⁴¹ MN: 370.

²⁴² MN: 374-375.

²⁴³ MN: 387.

²⁴⁴ MN: 22 e segs., 371.

²⁴⁵ MN: 374.

²⁴⁶ MN: 372-373.

²⁴⁷ MN: 388.

cadores e cómodos»²⁴⁸. E a pedagogia, no seu conjunto, é uma «disciplina da subjectividade»²⁴⁹.

VI. A PRESSUPOSIÇÃO DA REFERÊNCIA E A IDEOLOGIA

E chegámos deste modo, por assim dizer, quase ao princípio, quer dizer: a *La Logique du Nom* (1972). Em que é que *La Logique du Nom* antecipa as obras posteriores? No seu problema fundamental: a «pressuposição da referência». O que é que isto quer dizer? Para o vermos, convém dar uma ideia geral do livro. Trata-se de um estudo assaz técnico onde, a partir de Frege, Russell e Wittgenstein — os fundadores da chamada «filosofia analítica» —, se procura apurar como designa a linguagem os indivíduos (e a questão do indivíduo, do singular, é, como apontado no início, a par do tema da crença, o tema fundamental de Fernando Gil — a ponto de, como também se disse, as duas questões quase se indistinguirem).

Limitemo-nos à discussão de Frege (demonstração semelhante poderia ser feita no que diz respeito aos outros autores, e o Wittgenstein do *Tractatus* conviria talvez até melhor, entre outras coisas porque *Mimésis e*

²⁴⁸ MN: 359.

²⁴⁹ MN: 389.

Negação retomará em parte a doutrina do *Tractatus* segundo a qual se verifica um isomorfismo entre a representação e a realidade ²⁵⁰).

A linguagem, através do nome próprio, refere indivíduos (Pedro, Paulo, etc.) e, o que não é a mesma coisa, supõe a existência (a presença) desses mesmos indivíduos. A natureza desta presença é fundamental, e é ela que convém interrogar. Existe uma «metafísica da presença do referente do nome próprio» ²⁵¹. Porquê? Notemos, para começar, que a noção de «presença», fundamental no *Tratado da Evidência*, se encontra já aqui.

Ora bem, colocar esta questão e tentar resolvê-la, como o fez Frege, são empreendimentos que relevam de uma «necessidade de certeza» ²⁵², da «exigência de um ser verdadeiro na certeza da sua presença» ²⁵³. A coincidência entre objecto e referência é, para Frege, «a condição absoluta da certeza do discurso científico» ²⁵⁴. Segunda nota: encontramos já aqui um tema que será central em *A Convicção*, o tema da certeza.

O que interessa interrogar, como referi antes, é o modo de dizer o indivíduo: aquilo que, na linguagem de Frege,

²⁵⁰ MN: 50-51; cf. também A: 41. Cf. LN: 187 e segs.

²⁵¹ LN: 47.

²⁵² LN: 12.

²⁵³ LN: 13.

²⁵⁴ LN: 58.

é em si mesmo saturado e compacto, as entidades individuais e independentes ²⁵⁵, as únicas entidades verdadeiramente dotadas de ser ²⁵⁶ — por oposição aos conceitos, que são «quase-entidades» ²⁵⁷. No plano linguístico, tais entidades são representadas pelo sujeito da proposição ²⁵⁸, e, no plano ontológico, são realidades determinadas, concebidas à imagem das «coisas» ²⁵⁹: «entidades individuais autónomas e reconhecíveis, determinadas, dizendo-se no singular» ²⁶⁰. Lembremos de novo a importância do singular na obra futura.

A «pressuposição da referência» é, em Frege e nos outros autores estudados, fundamental. Pressupomos sempre uma referência para os nomes que designam indivíduos ²⁶¹. Dito de outra maneira, o nosso discurso não é um discurso sobre representações: é sobre entidades às quais as representações se referem. Certamente que nos podemos enganar: pode não haver referência efectiva do nosso discurso, e a ficção — «profundamente adormecido, Ulisses desembarcou em Ítaca» ²⁶² — dispensa

²⁵⁵ LN: 37-53.

²⁵⁶ LN: 52.

²⁵⁷ LN: 50.

²⁵⁸ LN: 51, 55.

²⁵⁹ LN: 72.

²⁶⁰ LN: 72.

²⁶¹ Para Frege, cf. LN: 63 e segs.

²⁶² Cf. LN: 64.

a referência, o prazer estético conhece-se com a simples representação. É a investigação científica que nos empurra sobretudo do sentido para a referência. Mas mesmo «Ulisses» pressupõe, por uma espécie de necessidade interna, uma referência ²⁶³. A «lógica da linguagem» pressupõe referências ²⁶⁴, a linguagem possui uma «vocação denotativa» ²⁶⁵, uma «aptidão fundamental» ²⁶⁶ para denotar. O nome «pressupõe, sem uma posição correlativa de existência» ²⁶⁷. A pressuposição da referência é fatal, tanto no discurso «sério» como no «ficcional», mesmo que ela não implique uma posição de existência ²⁶⁸.

E chegamos aqui a algo que nos vai levar directamente para o coração de *A Convicção*. A referência não se funda na ontologia ²⁶⁹. Pretender que uma posição de existência se encontra implicada na pressuposição de referência — isto é, conceder à linguagem uma «função ontológica» ²⁷⁰ — releva daquilo que Fernando Gil designa por «ideologia» ²⁷¹. Em si, a «pressuposição da referên-

²⁶³ LN: 65.

²⁶⁴ LN: 67.

²⁶⁵ LN: 68.

²⁶⁶ LN: 69.

²⁶⁷ LN: 73.

²⁶⁸ LN: 66 e segs.

²⁶⁹ LN: 71.

²⁷⁰ LN: 69.

²⁷¹ LN: 12, 67.

cia não implica uma pressuposição existencial», não acarreta «implicações ontológicas», não «possui ser»: «Ela é a entidade cuja admissão a título de *possibilidade* é a condição *necessária* para que a linguagem seja linguagem e eventualmente para toda a busca da verdade.»²⁷² O erro — o erro que Fernando Gil atribui ao logicismo — surge quando o «indivíduo» é transformado, reificado, em «objecto» (ao mesmo tempo que a função em conceito)²⁷³: tal é o movimento da ideologia. É este, repita-se, o ponto em que *La Logique du Nom* (mas encontramos já num texto de 1963, «Facto, significação, razão», originalmente publicado em *O Tempo e o Modo* e republicado em *Mediações*, a mesma crítica, tendo por alvo a redução wittgensteiniana dos «estados de coisas» a «objectos»²⁷⁴) aponta decisivamente para as investigações posteriores de Fernando Gil, nomeadamente para o *Tratado da Evidência* e para *A Convicção*.

A ideologia — a palavra reaparece justamente em *A Convicção* — caracteriza-se, em *La Logique du Nom*, por um ilegítimo mas quase compulsivo desdobrar da referência na existência, uma transformação do indivíduo em objecto; em *A Convicção*, por uma ocultação da acti-

²⁷² LN: 68.

²⁷³ LN: 74-79.

²⁷⁴ M: 446.

vidade da fundação por um fundamento petrificado e inamovível; e, no *Tratado* — onde a palavra não é utilizada, mas se encontra subentendida —, por uma «má evidência»²⁷⁵. E a crítica da ideologia poderia resumir-se nas palavras do Riobaldo do *Grande Sertão*: «Que é que é um nome? Nome não dá, nome recebe.»

Convém acrescentar — e isso é algo sobre o qual o *Tratado* e *A Convicção* pensam o que *La Logique du Nom* não sabia ainda pensar — que não se trata, nesta «ideologia», de um banal erro, mas da manifestação de uma compulsão a acreditar que é própria ao ser humano. Passar da «pressuposição da referência» para a «posição da existência», ou da actividade da fundação para a crença na fixidez do fundamento são gestos que a vida quotidiana não só tolera como também incentiva, e que até a vida científica tende a aceitar. São, no fundo, e mais radicalmente, manifestações da crença arcaica na existência — da nossa «propensão a acreditar, efeito da selecção natural, continuada pela aprendizagem e pela transmissão histórica»²⁷⁶ —, e também, como no verso de Éluard que Fernando Gil gostava de citar, do «duro desejo de durar»²⁷⁷: «só a crença pouco menos do que indestrutível

²⁷⁵ Sobre a distinção entre a «boa» e a «má» evidência, cf. VO: 48-49, 74, nota 25; A: 74-75.

²⁷⁶ C: 211.

²⁷⁷ C: 26.

na perenidade do eu nos faz viver sabendo que morreremos»²⁷⁸. *A Convicção* vai talvez mais longe que a reelaboração, operada no *Tratado da Evidência*, das teses husserlianas relativas à «fé primordial na existência», uma fé «última e matricial» na origem do «juízo de experiência» antepredicativo²⁷⁹. De qualquer modo, o que em *La Logique du Nom* aparecia como negativo — e é sem dúvida em parte a essa negatividade que ele se referia ao retrospectivamente diagnosticar a existência de uma «utopia crítica» no livro²⁸⁰ — surge posteriormente como o facto filosófico fundamental sobre o qual é necessário pensar.

Ao mesmo tempo — trata-se de um novo avanço em relação a *La Logique du Nom* —, a presença deixa de ser concebida a partir do modelo da reificação: «a realidade da presença não reifica»²⁸¹; há naturalmente a tendência a «reconduzir o precário da presença a identidades mais maciças» — Ulisses (sempre ele!) tornar-se-á, por simplificação, no «solerte Ulisses» —, mas, na verdade, «a presença será a contingência de existir apresentando-

²⁷⁸ A: 72-73.

²⁷⁹ TE: 19.

²⁸⁰ M: 12, nota 12. O diagnóstico vale, no entanto, sobretudo para um outro artigo, datado de 1974, «O plano da ciência» (M: 387 e segs.).

²⁸¹ VO: 105.

-se como admirável na sua improbabilidade»²⁸². Quer dizer: do mesmo modo que a tendência para a reificação, permanecendo «ideológica» (no sentido de ocultar a actividade construtiva), é compreendida agora como algo de compulsivo, e, portanto, natural ao espírito, a presença é liberta da pesada carga da reificação, que em *La Logique du Nom* era dela indistinguível. Dito de outra maneira: a presença não se deixa necessariamente absorver pelo fetichismo, que representa apenas uma sua modalidade degradada (mas, mais uma vez, compreensível) — Fernando Gil evoca precisamente o «fetichismo da mercadoria» n’*O Capital*, para designar essa modalidade degradada da presença²⁸³. A «boa presença», como se poderia talvez dizer, a «presença viva», dispõe de uma singularidade que, sendo plenamente existente, recusa deixar-se conceber ao modo do simples objecto: ela mantém vivo o indivíduo em si. Uma análise apaixonante das duas articulações do *intuitus* cartesiano — uma onto-epistemológica, outra fenomenológica — mostra como esta última captura, contrariamente à primeira, a presença na sua vida singular²⁸⁴.

Mas voltemos à ideologia. Mesmo a «ideologia» dos *Lusíadas* — «um *pathos* triunfante sempre igual a si mes-

²⁸² VO: 106.

²⁸³ C: 50.

²⁸⁴ C: 69 e segs.; ME: 141 e segs.

mo»²⁸⁵, o inverso, portanto, da figura da «viagem», o outro ponto estruturante dos *Lusíadas* — obriga o filósofo a pensar. De resto, encontra-se em «O efeito-*Lusíadas*», a ponte que liga mais directamente o *Tratado da Evidência* a *A Convicção*. Escrito no intervalo entre ambos, ele simultaneamente ilustra as teses do primeiro e avança já algumas do segundo. Embora tentativamente. Fernando Gil não tinha ainda estabelecido a distinção crucial entre fundamento e fundação, e assim, neste texto, a «fundação» — «uma fundação que se repete» em «refundações» (D. João I repete Afonso Henriques), e que repete ela mesma «profundações» (Viriato e Sertório)²⁸⁶ — representa algo como o «fundamento» d'*A Convicção*; e a «viagem» está, na sua «imanência da experiência»²⁸⁷, próxima da «fundação» do último livro (e também da «travessia» de *Grande Sertão: Verdades*, para citar de novo Guimarães Rosa). São primeiras aproximações. De resto, tanto sintáctica como semanticamente, «fundação» e «viagem» tendem a influenciar-se reciprocamente, mesmo que não se confundam. A sintaxe da viagem — o progressivo aspectual do presente em curso ou do imperfeito (a ninfa «canta» ou «cantava»),

285 VO: 14.

286 VO: 15-16.

287 VO: 44.

estudado no *Tratado da Evidência*, a primeira pessoa — influencia a sintaxe da fundação («um pretérito e um perfectivo sepultados para sempre, e a exterioridade da terceira pessoa»²⁸⁸), e a semântica da fundação — a posição da existência — marca, por sua vez, a semântica da viagem²⁸⁹. A primeira influência teria como efeito indirecto a «*veri-dicção da história*», e a segunda a «*validação da viagem*»²⁹⁰. «Fundação e viagem não se opõem apenas: iluminam-se, explicam-se e reforçam-se uma pela outra.»²⁹¹

Do ponto de vista que aqui nos interessa, a «fundação», no estudo sobre os *Lusíadas*, tende para a reificação da comunidade como identidade nacional: ela «é a identidade de uma *comunidade* que é fundada» e «aparece retrospectivamente como a posição desta identidade»²⁹² e a afirmação da «necessidade de um destino colectivo»²⁹³. «A fundação situa-se num plano semanticamente mais abstracto que a viagem: um plano de crenças e [...] de ‘valores’.»²⁹⁴ Lembremos a oposição entre

²⁸⁸ VO: 61.

²⁸⁹ VO: 27 e segs.

²⁹⁰ VO: 45. Cf., em geral, VO: 45 e segs.

²⁹¹ VO: 19. Cf. também VO: 26.

²⁹² VO: 16.

²⁹³ VO: 18. Cf. também VO: 42, 45.

²⁹⁴ VO: 28.

crença e convicção em *A Convicção*: a «fundação» de que aqui se trata encontra-se bem do lado da crença e do fundamento. Os «valores» da fundação «não se formam por actos de construção»²⁹⁵. Dito de outra maneira: não correspondem aos processos pelos quais a fundação se estrutura em *A Convicção*. Neste estudo, a fundação exibe — é Fernando Gil quem o diz, e isso é fundamental para o que estamos a tentar ver aqui — uma «alucinação do referente»²⁹⁶. A fundação é «hipostasiada»²⁹⁷. A fundação é «ideológica» — ela repousa sobre a «ideologia católico-imperial»²⁹⁸, uma ideologia que, de resto, pelo menos no que toca ao paganismo, não é unívoca nos *Lusíadas*²⁹⁹: o paganismo é um «operador de poesia»³⁰⁰ — e opõe-se à poesia da viagem: «a ideologia não desemboca nunca em poesia»³⁰¹. E, por isso, certas falas nos *Lusíadas*, «resultados antipoéticos da rigidez ideológica», são «poeticamente calamitosas, imastigáveis»³⁰². A ideologia dá a má presença, a presença feti-

295 VO: 49.

296 VO: 35, 46.

297 VO: 42 e segs., 47, 49.

298 VO: 29.

299 VO: 47, 51.

300 VO: 51.

301 VO: 50. Cf. também VO: 56, 72, nota 7.

302 VO: 50.

chista, para falar como há pouco. As alucinações da fundação — os episódios da história de Portugal —, contrariamente às da viagem — o Adamastor, os Paços de Neptuno, a Ilha dos Amores —, «não funcionam bem»: «Há desfasamento entre o método da veri-dicção [a importação da sintaxe da viagem: o progressivo aspectual, a primeira pessoa] e o ente de razão a que se aplica [a comunidade transformada em identidade nacional].»³⁰³ «A alucinação falha.»³⁰⁴ Em suma: trata-se de uma «má evidência»³⁰⁵. Mas mesmo o fracasso desta «má» evidência ideológica e antipoética conduz, «para o leitor de hoje que se reconhece no poético da fraqueza e da *adunamia* (o im-poder)», «a um outro modo do poético»: «o leitor deixa-se tocar pelo patético de um serviço inútil que tenta dar aos valores da fundação a consistência poética que eles não possuem»³⁰⁶. A posição ideológica de existência pode fracassar, mas ela é, no fundo, compreensível e perdoável. Tão perdoável quanto o «duro desejo de durar» de cada um de nós e de Éluard.

A viagem — que, por sua vez, é o lugar da «boa» evidência — «expõe ao desconhecido, à *diferença* (em vez

³⁰³ VO: 58.

³⁰⁴ VO: 61.

³⁰⁵ Para a distinção, no contexto dos *Lusíadas*, entre a «boa» e a «má» evidência, cf. VO: 45, 48-49, 74, nota 25.

³⁰⁶ VO: 61. Cf., em geral, VO: 60 e segs.

da identidade) e à incerteza. Ela desenrola-se segundo a modalidade do *possível* e do *contingente* (em vez da necessidade). A história *cumpre-se*, a viagem *abre*.»³⁰⁷ Enquanto a figura principal da fundação é a da dominação, a do poder que se autodesigna³⁰⁸ — *A Convicção* reterá este ponto fundamental na conceptualização da soberania —, a da viagem é a da descoberta³⁰⁹. «A aventura [...] é o exacto contrário do Império.»³¹⁰ E, por isso, o «experencialismo dos *Lusíadas* [...] é menos um empirismo do que a surpresa constantemente provocada por um *absolutamente novo*, tão aterrorador quanto deslumbrante»³¹¹. A descoberta alucinada do novo comporta em si — além do prazer da novidade e da vagabundagem, e da promessa da realização do desejo (do preenchimento de uma expectativa) que a Ilha dos Amores representa: a Ilha «é *viagem*»³¹² — uma inquietante estranheza (o *Unheimlich* freudiano) que atravessa toda a viagem³¹³. «A fundação não abafa a aventura»³¹⁴, «a ideologia não

307 VO: 18. Cf. também VO: 20.

308 VO: 23, 44, 48.

309 VO: 25-26.

310 VO: 58.

311 VO: 37.

312 VO: 63.

313 VO: 38 e segs., 101.

314 VO: 61.

asfixia a novidade»³¹⁵. (O tema do novo, da inovação, da descoberta — em todos os seus registos: conceptual, etc. —, sempre foi, diga-se de passagem, um tema caro a Fernando Gil³¹⁶.)

Dito de outra maneira, e repetindo o que já antes disse: na linguagem d'*A Convicção*, o fundamento não pode nunca recalcar a fundação; na do *Tratado*, a «má» evidência não elimina a «boa» evidência; ou, na de *La Logique du Nom*, a referência resiste à posição ideológica de existência, o «indivíduo» não se reduz nunca, na sua singularidade, a um «objecto». Em «O efeito-*Lusíadas*» isso deve-se à pregnância do amor: como a evidência, «plenamente actual, figuração encarnada do desejo»³¹⁷, «o amor subverte a fundação»³¹⁸. Tétis [não a alucinada amada de Adamastor (Thetis)³¹⁹, mas a outra, a esposa de Neptuno (Tethys), a que receberá o Gama na Ilha], enunciando a «metafísica da viagem»³²⁰, exprime-o. Isto é, exprime a convicção — «mais vale experimentá-lo do que julgá-lo» — que é mais verdadeira que a compreensível, porque compulsiva, crença.

³¹⁵ VO: 51.

³¹⁶ Cf. MN: 241 e segs.; CE: 28 e segs. E, no plano político, I: *passim*.

³¹⁷ VO: 69.

³¹⁸ VO: 65.

³¹⁹ VO: 110.

³²⁰ VO: 68.

Creio que era sobretudo a isto — bem como aos temas da presença, da certeza e do singular — que Fernando Gil se referia quando falava de como só com o *Tratado da Evidência* tinha bem percebido o que quisera dizer em *La Logique du Nom*. Neste livro encontra-se de facto *in nuce* o essencial da problemática que ele iria depois desenvolver. «Nome não dá, nome recebe.» Recebe o quê, de quê ou de quem? Recebe a existência e a presença (que não dá: pretender que o dá releva do fetichismo) da própria actividade construtiva do sujeito. Como quase no início foi citado: «a actividade cognitiva apropria-se dos objectos intuindo as suas próprias construções»³²¹. Os nomes são, pelo menos em parte, os recipientes dessas construções.

VII. TÓTEM E FETICHE

Aproximação Antropológica (1961) é o primeiro livro de Fernando Gil. Os seus temas principais são a subjectividade e a pluralidade intencional. E o método é fenomenológico apenas em parte. Como escreve Fernando Gil, a fenomenologia husserliana «não necessitava comprometer-se com uma dialéctica e dificilmente permitia extrapolações ontológicas» — enquanto Fernando Gil parte aqui

³²¹ C: 164.

da convicção oposta: a do necessário recurso à ontologia e à dialéctica ³²².

Deixaremos de lado praticamente toda a primeira parte do livro — consagrada à distinção do Nada e do Não-Ser, ao papel da subjectividade (ao qual voltará intensamente nos últimos anos), à morte e ao amor — para nos concentrarmos na segunda parte, dedicada a uma elucidação da pluralidade dos actos intencionais. Numa linguagem colhida em Merleau-Ponty, Heidegger e, talvez sobretudo, Sartre, encontramos aqui um pouco o programa que o guiou durante a vida filosófica, embora obviamente expresso numa forma que não será a da sua maturidade — Fernando Gil não falaria nunca mais do «Ser» como aqui o faz — e, em muitos aspectos, apresentando posições que não serão depois as suas (a busca da «totalização» ser-lhe-á, finalmente, alheia, e o estatuto da ciência, da filosofia e da ética — mas talvez não o da estética — mudarão substancialmente).

A consciência dirige-se à «apropriação e ordenação do real» ³²³. A um primeiro nível, ela é dotada de uma «intencionalidade genérica»; mais aprofundadamente, ela desenvolve-se em «intencionalidades específicas», destinadas à «apropriação efectiva do real»; mas a consciência

³²² AA: 100.

³²³ AA: 49.

é sempre intencionalidade genérica e intencionalidade específica simultaneamente: «Ela é em cada momento intencionalidade genérica e intencionalidade(s) específica(s), totalidade significativa e significante e nunca entidade fraccionada e cindida.»³²⁴

A intencionalidade genérica — a intencionalidade operante e antepredicativa de Husserl e Merleau-Ponty, «a charneira onde sujeito espontâneo e objecto indeterminado se tocam», «o cordão umbilical que une o ser humano ao *Lebenswelt*, ao mundo-da-vida», «a ‘primordial cumplicidade’ (Lyotard) do homem com o real»³²⁵, «a relação total do ser humano com o mundo»³²⁶, a «vida imediata e amorfa da consciência que efectua a união directa do homem com o Ser»³²⁷ — representa uma «abertura indiferenciada para o real», abertura que as intencionalidades específicas (intencionalidades de acto) compartimentam depois em intencionalidades racionais, sensíveis e éticas³²⁸.

Mas a intencionalidade genérica é, de facto, anterior: «anterior às verdades inventadas» — as intencionalida-

³²⁴ AA: 50.

³²⁵ AA: 52. Cf. o que em *Mimésis e Negação* se dirá da «fascinação» que liga o sujeito ao mundo (MN: 85), e, em *Provas*, da «interface do sujeito e do mundo» (P: 103).

³²⁶ AA: 55.

³²⁷ AA: 58.

³²⁸ AA: 51.

des específicas, com os seus critérios de validade particulares: «a verificabilidade do conhecimento científico, a verdade do conhecimento filosófico, a comunicabilidade da arte e demais formas de apropriação sensível do real» — «existe a irrecusável e evidente verdade da percepção porque aquelas são possíveis»³²⁹. A intencionalidade genérica é, antes de tudo o mais, «*movimento para*, intuição, pressentimento, impulso», «tentáculos embrionários da vontade de poderio da consciência», que «não se destinam a objectos ou estruturas individuadas e antes significam uma exigência de apropriação indefinida»³³⁰. A intencionalidade genérica é já em si totalizante, «antes ainda do próprio processo de totalização», isto é, da articulação das intencionalidades específicas, «e desta preexistência da intencionalidade genérica em relação às intencionalidades específicas decorre encontrar-se a intuição ou o pressentimento na génese de qualquer conhecimento científico, proposta teorética, criação artística ou juízo ético»³³¹.

³²⁹ AA: 54.

³³⁰ AA: 54. *A Convicção* retomará, partindo de Fichte, teses semelhantes a esta, mas colocando o «sentimento» e a «tendência», muito caracteristicamente — trata-se de um movimento geral do pensamento de Fernando Gil, que já assinalámos —, no interior da «esfera pré-intencional» (cf. C: 82 e segs.).

³³¹ AA: 54-55.

A totalização espontânea da intencionalidade genérica não se basta obviamente a si mesma, as mediações são necessárias: «Ao invés do Ser que a si próprio se satisfaz enquanto tal, o homem não pode encontrar-se e constituir-se na ordem imediata, na totalidade não determinada.»³³² As intencionalidades específicas devem retomar os pressentimentos e submetê-los aos seus critérios próprios de validade, actualizar laboriosamente o virtual: «O pressentimento deverá ser retomado pela intencionalidade em questão e submetido aos seus critérios de validade: um mau artista é aquele que não logra a comunicação actual e apenas possui a exigência virtual.»³³³ Dito de outra maneira: o processo de totalização deve, partindo de uma «tonalidade afectiva»³³⁴ que é a da intencionalidade genérica (se por «afectiva» não entendermos «um sentimento particular»³³⁵), individualizar e determinar os seus objectos (os estados «afectivos» da intencionalidade genérica «vivem-se sem referências individuadas e não são concretamente determináveis»³³⁶).

Mas o progresso da intencionalidade, partindo do genérico e passando pela mediação das intencionalida-

³³² AA: 55.

³³³ AA: 55.

³³⁴ AA: 57.

³³⁵ AA: 55.

³³⁶ AA: 56.

des específicas, conclui-se igualmente pelo genérico, já que visa necessariamente a totalização: «A intencionalidade é assim inicialmente genérica e terminalmente genérica: como origem da totalização e como caracterização da resultante da totalização.»³³⁷

Uma das formas através das quais esta permanência da «genericidade» se manifesta é a integração recíproca das intencionalidades específicas: «Advirta-se no entanto não dever ser entendida a particularização da intencionalidade de acto em intencionalidades autonomizadas como representando a admissão de uma pulverização da consciência, que se configuraria mero somatório de intencionalidades justapostas e coexistentes. A consciência é una, as intencionalidades específicas integram-se reciprocamente e em qualquer actividade subjectiva participam, ou podem participar, todas elas. Apenas sucede ser a actividade da consciência primacialmente comandada por uma ou outra intencionalidade, ou, melhor, constituir-se ela ora como intencionalidade racional, ora como intencionalidade sensível, ora como intencionalidade ética, manifestando-se em processos de objectivação que, embora revistam comum origem e idêntica finalidade formal, se desenrolam diferentemente e de acordo com diferentes critérios de validade.»³³⁸

³³⁷ AA: 57.

³³⁸ AA: 60-61.

«Como sujeito racional exijo conhecer, como sujeito sensível exijo comunicar, como sujeito ético exijo valorar. Conhecer, comunicar, valorar, implicam movimentos da consciência para fora de si mesma, referência a objectos exteriores ao sujeito», «movimentos específicos» que visam «a plenitude, e não impulsos cegos»³³⁹. Agem como diferenciadores de uma comunicação originária: «As intencionalidades específicas não representam senão uma mediatização (diferenciadora) da comunicação espontânea estabelecida entre o sujeito e o mundo na ordem da intencionalidade genérica da consciência.»³⁴⁰

Em cada um destes domínios, determinando trajectos próprios, a «consciência projecta uma plenitude que obtém pelo domínio do objecto, e mediante ele alcança uma ‘reconciliação’ consigo própria»³⁴¹. A intencionalidade racional visa a «harmonização do real» por meio do saber e do conhecimento; a intencionalidade sensível aspira a idêntica harmonização através da arte, do êxtase, do amor e das «demais formas de comunicação»; e, finalmente, a intencionalidade ética busca o mesmo objectivo através da exigência de um comportamento justo por parte dos vários sujeitos³⁴².

³³⁹ AA: 61.

³⁴⁰ AA: 75.

³⁴¹ AA: 61.

³⁴² AA: 61-62.

A cisão da consciência em várias intencionalidades — determinada em parte pela «pluralidade dos seus objectos»³⁴³ — é um elemento do processo de totalização da consciência: «mediante o processo de totalização que a cinde, a consciência a si própria se reconstitui como totalidade»³⁴⁴. Trata-se de uma totalização que conduz à reconciliação da consciência consigo mesma, sem que essa reconciliação represente um «absoluto» ou uma «plenitude estável porque definitiva»³⁴⁵ — não há lugar, na «vivência mundana», para «a situação exclusiva para si, integralmente auto-suficiente»³⁴⁶. De facto, a «integral dissolução da distância entre sujeito e objecto existentes no tempo» exigida pela «plenitude absoluta» não está ao nosso alcance: temos sempre de pensar em termos de relações parciais, do êxtase — e do amor, e da arte³⁴⁷ — podemos apenas colher «farrapos», «sugestões»³⁴⁸. Encontramos muitas vezes o tema da possibilidade, e do

³⁴³ AA: 82. Fernando Gil refere-se, nesta passagem, à pluralidade dos objectos da consciência sensível (arte, amizade, êxtase, amor), mas a fórmula vale ainda mais plenamente para os próprios objectos mais gerais da intencionalidade.

³⁴⁴ AA: 62.

³⁴⁵ AA: 62.

³⁴⁶ AA: 63.

³⁴⁷ AA: 83-85.

³⁴⁸ AA: 83.

precário da busca humana: «Não existe o absoluto em si e para si e tão-só o caminho para ele e a sua criação pelo homem a expensas próprias.»³⁴⁹

Não há obviamente aqui espaço para enunciar em detalhe a estrutura das várias intencionalidades. Limitemo-nos, por uma razão que em breve transparecerá, a um breve comentário daquilo que Fernando Gil escreve sobre a intencionalidade racional.

A intencionalidade racional radica na necessidade humana de «imprimir ordem ao Ser, organizá-lo como saber (ciência) e conhecimento (filosofia)»³⁵⁰, actividade que exige «um esforço pertinaz de compreensão»³⁵¹. Deixemos aqui a filosofia de lado e concentremo-nos no que Fernando Gil escreve sobre o saber científico. A ciência visa «uma ordenação do mundo realizada imediatamente, sobre e a partir dele, pela mediação sensorial»³⁵², mas sofre de um defeito: revela-se «dependente da contingência histórica na constituição das suas próprias garantias»³⁵³. Essa contingência e a concomitante falta de justificação da ciência são talvez um outro nome para designar a tendência para o fetichismo que consiste em supri-

³⁴⁹ AA: 86.

³⁵⁰ AA: 64.

³⁵¹ AA: 81.

³⁵² AA: 65.

³⁵³ AA: 67.

mir o homem no processo da objectividade científica: a ciência «só ganha sentido quando perspectivada e semelhante perspectiva — a ‘ciência do encadeamento geral’ — não pode ela proporcionar»³⁵⁴.

Noutros termos: a ciência não pode enunciar a liberdade. «O tótem não pode consistir em um fetiche e devo ser eu próprio a inventá-lo.»³⁵⁵ O critério de validade da ciência consiste na «verificabilidade das hipóteses avançadas»³⁵⁶. Embora a racionalidade surja «transparente a si mesma, enquanto tal e no processo que a assegura»³⁵⁷, trata-se de um critério insuficiente do ponto de vista da justificação, justamente porque exclui a dimensão (onto-antropológica) da subjectividade.

Um comentário. Sem dúvida que a concepção da ciência de Fernando Gil mudou muito desde *Aproximação Antropológica*. Mas, cada vez mais, como notado antes, a questão da posição do sujeito no conhecimento se tornou o seu problema fundamental, numa espécie de retorno a uma das intuições essenciais do livro. A questão da liberdade no conhecimento, através da sua construção, é central em *A Convicção*. E o par tótem/fetiche

³⁵⁴ AA: 69.

³⁵⁵ AA: 86.

³⁵⁶ AA: 69.

³⁵⁷ AA: 81.

anuncia o par fundação/fundamento de *A Convicção*: trata-se da mesma oposição entre a criação livre e a reificação. O conceito de fetichismo é, de resto, como vimos, retomado aí ³⁵⁸.

Por isso, valia a pena demorarmo-nos um pouco neste primeiro livro. Se, por um lado, ele apresenta uma linguagem e pressupostos filosóficos dos quais Fernando Gil em pouco tempo se desfará, também é verdade que um bom número de temas das últimas obras se encontram já nele *in nuce*. Os longos périplos em torno dos vários saberes — veja-se *Mimésis e Negação* e *Provas*, por exemplo —, que permitiram o *Tratado* e *A Convicção*, deram uma profundidade e uma ressonância que faltavam ao programa juvenil. Mas algo estava lá desde o princípio.

VIII. O RESTO

Ligados com os temas da crença e do indivíduo, outros se apresentarão recorrentes na obra de Fernando Gil. Eis alguns, telegraficamente, a título de inventário. A problemática da descrição ³⁵⁹. Ou a da inteligibilidade ³⁶⁰ — uma

³⁵⁸ C: 50.

³⁵⁹ M: 195 e segs., 269 e segs.; VO: 33-34, 73 (nota 10), 77 e segs.

³⁶⁰ ME: 101 e segs.; M: 85 e segs., 287 e segs.

inteligibilidade de que a língua é portadora ³⁶¹ — e da compreensão ³⁶². A identidade pessoal ³⁶³ — e as suas formas de desestruturação, que a poesia de Sá de Miranda perfeitamente espelha ³⁶⁴ — e a subjectividade ³⁶⁵. O inquérito, sobretudo a partir de Vieira, sobre a profecia ³⁶⁶. A questão — cada vez mais presente no seu pensamento — da expressão ³⁶⁷ (o livro que a morte o impediu de concluir chamar-se-ia, pelo menos a certa altura, *Expressão e Objecto*) e da «inteligibilidade expressiva» ³⁶⁸. O tema perene da intuição (daí o seu trabalho permanente sobre o intuicionismo matemático, e a importância que, além de Brouwer, para ele tinha um autor como Hermann Weyl; mas também Wittgenstein, que colocava neste campo ³⁶⁹). Como escreveu: «*grosso modo*, inscrevo-me do lado ‘intuicionista’, longe de todo o horizonte logicista» ³⁷⁰. As questões da identi-

³⁶¹ ME: 171 e segs.

³⁶² ME: 127 e segs. (a partir do pensamento de René Thom),
141 e segs.

³⁶³ ME: 31 e segs.

³⁶⁴ ME: 43 e segs.; VO: 229 e segs.

³⁶⁵ ME: 51 e segs.

³⁶⁶ VO: 409 e segs.

³⁶⁷ ME: 157 e segs.

³⁶⁸ A: 157 e segs.

³⁶⁹ ME: 231 e segs.; C: 193 e segs.; A: 28-29.

³⁷⁰ A: 27.

dade ³⁷¹, ou do pensamento categorial ³⁷², às quais sempre voltava. O pensamento morfológico de Goethe e, sobretudo, de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire ³⁷³, de quem era, sem dúvida, um dos maiores conhecedores. E, nada paradoxalmente, a defesa, que partilha com alguém como Jerry Fodor ³⁷⁴, do senso comum, ou, pelo menos, de um certo senso comum ³⁷⁵, revisto pela «experiência letrada» de Francis Bacon ³⁷⁶.

Essa problemática certamente que se diversificou. Quase a acabar, deixemos — telegraficamente, mais uma vez — algumas notas sobre certos percursos que essa diversificação tomou. Concentremo-nos em três: questões epistemológicas, questões estéticas e questões morais e políticas, lembrando-nos das três intencionalidades de *Aproximação Antropológica*. São outras tantas maneiras de declinar as suas questões fundamentais, modulando-as diferentemente. Os três volumes de ensaios coligidos que nos últimos anos publicou — *Modos da Evidência, Media-*

³⁷¹ M: 241 e segs.

³⁷² M: 253 e segs. O grande texto na matéria é o cap. II de *Mimésis e Negação* (MN: 89-240).

³⁷³ M: 103 e segs., 315 e segs.

³⁷⁴ A: 18.

³⁷⁵ A: 123 e segs.

³⁷⁶ A: 19, 69.

ções e *Acentos* — são um bom guia para a observação desses trajectos ³⁷⁷.

Em primeiro lugar, a epistemologia e a história das ciências. Para além de *Provas*, e, num certo sentido, de *Mimésis e Negação*, muitos dos textos de Fernando Gil se ocupam de uma reflexão sobre a natureza do conhecimento científico. É, de resto, o aspecto mais conhecido da sua obra. Cito alguns dos seus objectos preferidos. A posição do sujeito na construção da actividade científica ³⁷⁸. O significado das hipóteses e das conjecturas ³⁷⁹. A questão da prova ³⁸⁰ (inclusive da prova em psicanálise ³⁸¹) e a sua articulação com os conceitos de demonstração, exemplo e pedra-de-toque ³⁸². O valor da cultura científica e as condições do acesso do cidadão a esta ³⁸³. O significado do projecto enciclopédico ³⁸⁴ (sobre esta questão, cf. também «Cruzamentos da Enciclopédia»). As análises de grandes controvérsias científicas (como, por

³⁷⁷ A empresa da reunião dos seus textos nestes volumes provocou-lhe a «desagradável impressão de [...] parecer estar a fazer as malas» (A: 65).

³⁷⁸ M: 287 e segs.

³⁷⁹ M: 281 e segs., 303 e segs.

³⁸⁰ ME: 249 e segs.; A: 83 e segs.

³⁸¹ M: 189 e segs.

³⁸² ME: 263 e segs.

³⁸³ M: 459 e segs.; A: 183 e segs.

³⁸⁴ M: 371.

exemplo, a que opôs Cuvier a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire sobre o «plano de composição»³⁸⁵, ou Leibniz a Newton, por intermédio de Clarke³⁸⁶) e reflexões sobre o próprio estatuto das controvérsias em ciência e em filosofia³⁸⁷. A natureza da cisão pós-galileiana³⁸⁸. A «fixação do facto» científico³⁸⁹. A avaliação do significado dos chamados *science studies*³⁹⁰. A recepção da revolução copernicana³⁹¹, e, sobretudo, a importância de Kepler³⁹², «uma das mais desconcertantes e extraordinárias figuras (em todos os sentidos destes adjectivos) do pensamento ocidental»³⁹³. A criação da *Royal Society*, através de

³⁸⁵ A primeira análise desta controvérsia — que será a «controvérsia *fetiche*» de Fernando Gil (cf. A: 37) — encontra-se em MN: 475-481, e é precedida pelo estudo da controvérsia entre Lémery e Winslow sobre as «causas das monstruosidades» (MN: 467-475).

³⁸⁶ P: 173 e segs.

³⁸⁷ P: 157 e segs.; M: 21 e segs., 37 e segs., 55 e segs., 69 e segs., e, num certo sentido, 201 e segs. (sobre a «conversação» em Montaigne); A: 35 e segs. O texto inaugural encontra-se em MN: 461-484.

³⁸⁸ M: 333 e segs.

³⁸⁹ ME: 219 e segs.

³⁹⁰ M: 167.

³⁹¹ M: 125 e segs.

³⁹² Cf. MN: 191 e segs., 263 e segs., 275 e segs., 284 e segs. (Kepler é analisado no contexto de uma teoria da invenção).

³⁹³ M: 8.

uma análise do texto fundador de Thomas Sprat ³⁹⁴, que revela a «dialéctica entre experimentação e socialidade, que é o segredo do sucesso das ciências da natureza» ³⁹⁵. A natureza dos princípios do conhecimento ³⁹⁶, da harmonia ³⁹⁷ e dos «conceitos intermédios» ³⁹⁸ em Leibniz.

Em segundo lugar, a estética. A estética encontra-se, em Fernando Gil, a maior parte das vezes, ligada ao pensamento da evidência: «é na relação à arte que a evidência subsiste mais intocada» ³⁹⁹. Evidência, beleza e amor por vezes se confundem, como o texto sobre Bernardim Ribeiro em *Viagens do Olhar* — consagrado à alucinação e à fundação do amor — o mostra ⁴⁰⁰. Um texto como «O amor da evidência» ⁴⁰¹, embora não seja explicitamente um texto sobre estética, liga-se a esta. O mesmo se poderá dizer de dois artigos sobre Leibniz, «O vago e o determinado» ⁴⁰² e «O belo como excesso do existir» ⁴⁰³. Ou

³⁹⁴ M: 357 e segs.

³⁹⁵ M: 361.

³⁹⁶ ME: 101 e segs.

³⁹⁷ A: 165 e segs.

³⁹⁸ M: 85 e segs.

³⁹⁹ A: 80.

⁴⁰⁰ VO: 271 e segs.

⁴⁰¹ ME: 79 e segs.

⁴⁰² ME: 417 e segs.

⁴⁰³ ME: 429 e segs.

as reflexões sobre a estética wittgensteiniana — «Entre o aspecto e o eterno, a arte»⁴⁰⁴ — ou sobre «A poesia de existir»⁴⁰⁵. E, obviamente, o que escreveu sobre pintura e fotografia: Menez, Jorge Martins, Eduardo Luiz, Júlio Pomar, Gérard Castello Lopes⁴⁰⁶. O belo texto sobre as «Imagens da cidade»⁴⁰⁷ inscreve-se directamente nesta linha: as cidades podem ser vistas como obras de arte, e provocam alegrias cujas razões é preciso teorizar⁴⁰⁸. E dois livros escritos de parceria — um com Hélder Macedo (*Viagens do Olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*), já abundantemente citado antes, outro com Mário Vieira de Carvalho (*A 4 Mãos. Schumann, Eichendorff e Outras Notas*) — ilustram maravilhosamente um pouco do que Fernando Gil tinha a dizer sobre literatura e música.

Por fim, a reflexão moral e política. A ética kantiana e o conceito de comunidade⁴⁰⁹. O papel da racionalidade em política⁴¹⁰. A autonomia e a heteronomia⁴¹¹. A reflexão

⁴⁰⁴ ME: 439 e segs.

⁴⁰⁵ ME: 457 e segs.

⁴⁰⁶ ME: 475 e segs.

⁴⁰⁷ A: 349 e segs.

⁴⁰⁸ A: 350.

⁴⁰⁹ ME: 323 e segs.

⁴¹⁰ M: 211 e segs.

⁴¹¹ CE: 63 e segs.

sobre Leibniz a propósito do «lugar do outro»⁴¹². Os estudos sobre «a escola e a sociedade civil»⁴¹³ e sobre «a universidade e o conhecimento»⁴¹⁴. A análise do «pensamento soberano», em *A Convicção* e em textos posteriores (como, por exemplo, «A soberania como alucinação do fundamento»⁴¹⁵). E ainda tudo aquilo que escreveu, nos últimos anos, sobre a incerteza e a contingência: a propósito de Camões⁴¹⁶, de Aristóteles e de Verdi⁴¹⁷, da morte⁴¹⁸, do mal⁴¹⁹ e da invenção do futuro⁴²⁰. «Estas coisas de que os homens falam»⁴²¹ resume perfeitamente a tonalidade final do seu pensamento no capítulo — e antecipa, como ele não poderia imaginar, «O hospital e a lei moral», o último texto por si publicado em vida: o mistério da «vontade de existir» de uma «comunidade humana»⁴²² repercute-se, e ganha sentido, no anonimato hospitalar em que cada um é (pelo menos

⁴¹² ME: 303 e segs.

⁴¹³ A: 203 e segs.

⁴¹⁴ A: 219 e segs.

⁴¹⁵ ME: 409 e segs. Cf. também A: 90 e segs.

⁴¹⁶ A: 255 e segs.

⁴¹⁷ A: 273 e segs.

⁴¹⁸ A: 291 e segs.

⁴¹⁹ A: 305 e segs.

⁴²⁰ A: 325 e segs.

⁴²¹ A: 337 e segs.

⁴²² A: 343.

idealmente) tratado como um fim em si, à maneira de Kant ⁴²³. Acrescento ainda o livro escrito em parceria com o autor destas linhas sobre o pós-11 de Setembro (*Impasses, seguido de Coisas Vistas, Coisas Ouvidas, por Danièle Cohn*), bem como os textos que se lhe seguiram, na última secção («Medos») de *Acentos* ⁴²⁴.

A acabar mesmo, deve-se notar que todos estes temas (epistemológicos, estéticos, morais e políticos) se encontram ligados entre si. À imagem dos seus escritos sobre Leibniz, que poderiam encontrar-se distribuídos por todos os três grupos nos quais se dividiram os prolongamentos do núcleo central das preocupações de Fernando Gil mas que convergem fortemente para o grupo central — o da estética —, Fernando Gil, mesmo quando acentua os procedimentos de determinação das ciências da natureza (primeiro grupo) ou a dimensão do acaso, do aleatório e da contingência nas coisas mais humanas (terceiro grupo), tem, a seu modo, os olhos postos no brilho intrínseco da evidência que o segundo grupo, melhor do que nenhum outro, ilustra: a evidência do singular, na sua presença efectiva, objecto de uma crença sem resto e portador de uma inteligibilidade máxima, «intocada», que a sua filosofia procurou sobretudo compreender e dar a

⁴²³ HLM: 31.

⁴²⁴ A: 361 e segs.

ver, descrever. Tal como ela se revela na música, que, ao mesmo tempo que nos despossui de nós mesmos — fazendo-nos sair do «regime da vida mediana», como diz Valéry citado por Fernando Gil ⁴²⁵ —, se imbrica com a identidade pessoal ⁴²⁶, ou nos mapas, que, como o célebre *Atlas Miller*, analisado nas *Viagens do Olhar*, «avança[m] para o olhar» e lhe «apresenta[m] as descobertas» ⁴²⁷. Também eles nos fazem «desaprender o quotidiano para apreender a presença do mundo» ⁴²⁸.

⁴²⁵ AQM: 14.

⁴²⁶ AQM: 16.

⁴²⁷ VO: 94; cf. também VO: 91.

⁴²⁸ VO: 106.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, João Lobo (2006), «Acentos», *Análise*, série II, n.º 2, pp. 163-169.
- AURÉLIO, Diogo Pires (2006), «Fernando Gil, filósofo», *Annualia Verbo. Temas, Factos, Figuras*, Lisboa, Ed. Verbo, pp. 335-338.
- COUTO-SOARES, Maria Luísa (1989), «Provas», *Análise*, n.º 13, pp. 239-244.
- LIVET, Pierre (2002), «De la croyance désirée à l'intuition active», *Critique*, n.º 665, pp. 820-829.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira (2006), «Evocação de Fernando Gil no espírito da música», *Prelo*, série III, n.º 1, pp. 32-42.
- REAL, Miguel (2006), «Fernando Gil: a razão fragilizada», *Prelo*, série III, n.º 1, pp.13-31.
- TUNHAS, Paulo (1993), «Prendre l'évidence au sérieux», *Critique*, n.º 559, pp. 847-859.
- (2005), «A convicção», *Análise*, série II, n.º 1, pp. 155-164.
- (2006a), «Fernando Gil: um convite à leitura», *Atlântico*, n.º 14, pp. 60-63.
- (2006b), «A filosofia levada a sério: o Seminário», *Diacrítica*, n.º 20/2, pp. 201-206.

ÍNDICE

I. Crer	3
II. A convicção	6
III. A evidência	16
IV. A prova	24
V. A afinidade	35
VI. A pressuposição da referência e a ideologia	56
VII. Tótem e fetiche	70
VIII. O resto	80
<i>Bibliografia</i>	91

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de 800 exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Março de dois mil e sete.

ED. 1013957
ISBN 978-972-27-1542-3

DEP. LEGAL N.º 255 255/07

ISBN 978-972-27-1542-3



9 789722 715423